



SEGURANÇA ALIMENTAR:

**a contribuição
das entidades
empresariais**

Realização

Instituto Ethos de Empresas
e Responsabilidade Social

Apoio Fome Zero – Associação de Apoio
a Políticas de Segurança Alimentar



SEGURANÇA ALIMENTAR:

**a contribuição
das entidades
empresariais**

Segurança alimentar: a contribuição das entidades empresariais é uma publicação do Instituto Ethos, distribuída gratuitamente a seus associados, realizada em parceria com a Associação Apoio Fome Zero.

Realização

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, conj. 1407, 05414-020, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3897-2400
Site: www.ethos.org.br

Apoio Fome Zero — Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar
Av. Paulista, 1.048, conj. 22, 01310-100, São Paulo, SP
Tel: (11) 3016-3216
Site: www.fomezero.org.br

Patrocínio Institucional

Banco Safra

Apoio Institucional

IAF — Inter-American Foundation
ICCO — Interchurch Organisation For Development Cooperation

Colaboradores do Instituto Ethos

Helvio Moisés (coordenador), Karinna B. Forlenza (captação), Leno F. Silva e Paulo Itacarambi.

Redação e edição

Baleia Comunicação
Sérgio Alli, Thais Sauaya Pereira, Diogo Moyses e Sonia Regina Ribeiro

Revisão

Márcia Melo

Ilustrações, projeto e produção gráfica

Planeta Terra Criação e Produção
Waldemar Zaidler, William Haruo

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Segurança alimentar: a contribuição das entidades empresariais / Helvio Moisés (coordenador)
— São Paulo : Instituto Ethos : Associação Apoio Fome Zero, 2003.

Vários colaboradores.

Apoio Institucional : IAF — Inter-American Foundation , ICCO — Interchurch Organisation
For Develop Cooperation.

Patrocínio Institucional : Banco Safra

ISBN 85-88046-10-5

1. Programa Fome Zero (Brasil) 2. Responsabilidade social das empresas 3. Segurança alimentar — Brasil
I. Moisés, Helvio.

03-5640

CDD — 361.050981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Segurança alimentar : Contribuição das entidades empresariais : Bem-estar social 361.050981

Tiragem: 5.000 exemplares

São Paulo, outubro de 2003

É permitida a reprodução desta publicação desde que citada a fonte e com prévia autorização do Instituto Ethos.

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.

Não fazemos consultoria, não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.

Não somos entidade certificadora de responsabilidade social, nem fornecemos “selo” com essa função.

Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Caso tenha alguma dúvida ou queira nos consultar sobre as atividades do Instituto Ethos, contate-nos, por favor, por meio do serviço “Fale conosco”, disponível em nosso site (www.ethos.org.br). Assim será possível identificar e designar a área mais apropriada para atender você.

Impresso em Reciclato — capa 240g/m², miolo 150 g/m² da Cia Suzano de Papel e Celulose, o offset brasileiro 100% reciclado.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A ERRADICAÇÃO DA FOME	7
SEGURANÇA ALIMENTAR	9
Fome e pobreza no Brasil	11
Indicadores do tamanho da fome	12
O conceito de segurança alimentar	13
Alimentação é um direito humano	14
Pobreza e crescimento econômico	15
Dimensões da segurança alimentar	15
O PROGRAMA FOME ZERO	17
Prioridade já é realidade	19
Três níveis de políticas	19
Políticas estruturais	21
Programa Primeiro Emprego	21
Programa Brasil Alfabetizado	22
Incentivo ao microcrédito	23
Políticas específicas	24
Apoio à complementação de renda	24
Doações de cestas-básicas e alimentos	25
Educação para o consumo e educação alimentar	25
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	26
Combate à desnutrição materno-infantil	27
Políticas locais	28
Apoio à agricultura familiar	28
Bancos de alimentos	29
Restaurantes populares	29
O QUE AS ENTIDADES EMPRESARIAIS PODEM FAZER	31
Inserir em sua agenda a segurança alimentar	32
Criar um grupo de trabalho específico	32
Promover programas para funcionários e parceiros	32
Informar e engajar as empresas associadas	32
Realizar seminários de formação	32
Registrar e divulgar experiências das empresas	32
Definir linhas de atuação prioritárias para o setor	33

Estabelecer uma meta para seu setor de atividade	33
Fazer parcerias e influenciar políticas públicas	33
Criar premiação ou selo de reconhecimento	33
Incentivar a adoção de programas	33
Buscar a certificação do Programa Fome Zero	33
BONS EXEMPLOS DE AÇÕES DE ENTIDADES EMPRESARIAIS PELA SEGURANÇA ALIMENTAR	35
Alfabetização de jovens e adultos	37
Alimentação do trabalhador	38
Apoio a organizações da sociedade	39
Articulação de ações sociais	40
Bancos de alimentos	41
Coleta seletiva e geração de renda	42
Educação alimentar	43
Erradicação da prostituição infantil	44
Erradicação do trabalho infantil	45
Escolarização a distância	46
Estímulo ao voluntariado	47
Formação profissional	48
Fortalecimento da produção de alimentos	49
Gênero e microcrédito	50
Incentivo ao primeiro emprego	51
Investimento no Semi-Árido	52
Mobilização de associados	53
OUTRAS AÇÕES	55
Bolsa de Ações Sociais	57
Certificação como Parceira Fome Zero	57
Combate à Violência	57
Divulgação do Programa Fome Zero	58
Doação de produtos e serviços	58
Maçãs na merenda escolar	58
Projetos de educação e oficinas	59
Selo e certificação	59
Site de cadastro de projetos sociais	59
Restaurantes populares	60
Valorização das pequenas empresas	60
COLABORAÇÃO DAS ENTIDADES	61
REFERÊNCIAS NA INTERNET	63
OUTRAS PUBLICAÇÕES	64



Apresentação



O empresariado brasileiro está em plena sintonia com a sociedade: quer mudanças e quer fazer parte delas. As entidades empresariais expressam bem essa atitude.

Há alguns anos vivem grande renovação, buscando não apenas benefícios para as empresas e os setores que representam, mas também a melhoria da sociedade brasileira.

O rumo das mudanças de que o Brasil precisa está claro: uma retomada vigorosa e sustentável do desenvolvimento que permita o enfrentamento da desigualdade social em todos os seus aspectos. Para acabar com a produção de injustiça, que há muito caracteriza a economia brasileira, é necessário — entre outros fatores estruturais — erradicar a fome. A garantia de segurança alimentar e nutricional é um direito básico da sociedade e fator decisivo para o progresso econômico do país.

Pelo menos um terço da população brasileira vive em situação de insegurança alimentar. É uma situação inaceitável, principalmente quando se considera que o Brasil se tornou, em 2003, o maior exportador mundial de carne e soja e atingiu uma produção recorde de 120 milhões de toneladas de grãos.



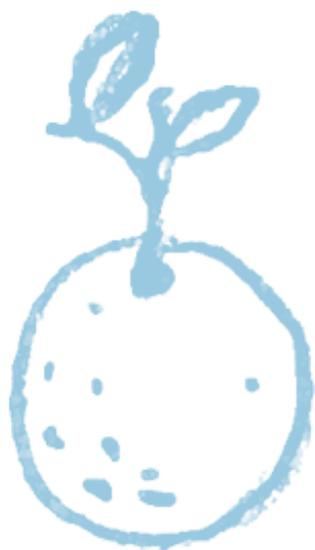
O Programa Fome Zero, prioridade do governo federal, já conseguiu o importante avanço de incorporar o problema da fome à agenda nacional. A sociedade está consciente de que se trata de uma questão complexa que não diz respeito somente aos governos e aos excluídos. A luta contra a fome e suas causas é responsabilidade de todos os segmentos da sociedade, e a participação das entidades empresariais será, certamente, decisiva para seu sucesso. A adesão das entidades empresariais, por sua influência política e econômica, seu poder de mobilização e sua capacidade de incentivar os passos das empresas, está contribuindo para a constituição de um autêntico Mutirão Contra a Fome, proposta de ação da sociedade contida no Programa Fome Zero.

Com a publicação *Segurança alimentar: a contribuição das entidades empresariais*, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social Empresarial e a Associação Apoio Fome Zero buscam oferecer ao empresariado brasileiro — e às entidades que o representam — um instrumento de referência, com iniciativas e projetos que já são ou podem vir a ser desenvolvidos e impulsionados, visando à promoção da segurança alimentar e nutricional em nosso país.

Seu conteúdo incorpora a contribuição de entidades empresariais parceiras, que forneceram subsídios sobre sua atuação social, especialmente no que se refere à inclusão do tema segurança alimentar em sua agenda e na de seus associados. Além disso, reproduz informações básicas sobre a fome no Brasil e o conceito de segurança alimentar. Também apresenta uma síntese das políticas que compõem o Programa Fome Zero e algumas de suas propostas que podem ser apoiadas pelas entidades empresariais. Na seqüência, foi incluído um conjunto de sugestões de iniciativas que podem ser realizadas pelas entidades. Na parte final, são relatadas experiências que já estão sendo desenvolvidas por entidades de diferentes setores da economia que podem servir de referência para novas iniciativas.



Responsabilidade social empresarial e erradicação da fome



O Brasil tem assistido, nos últimos anos, ao expressivo crescimento do movimento de responsabilidade social empresarial, acompanhando uma dinâmica presente também no cenário mundial. As entidades empresariais, por sua vez, respondendo às expectativas de seus associados, vêm adotando crescentemente posturas avançadas e comprometidas com os princípios da responsabilidade corporativa.

Assim, uma nova prática de gestão consolida-se no mundo empresarial brasileiro, fundada no comportamento ético e transparente e na preocupação dos agentes econômicos com os impactos sociais e ambientais de suas atividades. O empresário socialmente responsável é aquele que investe permanentemente na melhoria de suas relações com funcionários, fornecedores, clientes, consumidores, com as comunidades nas quais atuam e com a sociedade.

Contribuir para a segurança alimentar da sociedade brasileira é, certamente, uma ação fundamental nesse processo. Superar a situação de fome e pobreza em que se encontra grande parte da população é de interesse estratégico para as próprias empresas. Vencido o abismo da desigualdade, o Brasil poderá constituir um amplo mercado consumidor e um cenário extremamente propício para o crescimento da economia com sustentabilidade. Não se trata, porém, de uma operação simples. Muitos investimentos serão necessários, em especial na educação e na formação profissional das novas gerações, preparando-as para uma economia que faz do conhecimento e da informação fatores cada vez mais decisivos. Do mesmo modo, o país vai precisar investir em tecnologia e na ampliação e modernização de sua infra-estrutura.



Alcançar essas metas não cabe apenas ao governo. Para sua consecução é indispensável o compromisso e o envolvimento — de modo organizado — dos mais diversos segmentos sociais. Está nas mãos de empresários e executivos dirigir suas empresas para esse objetivo. Se cada um fizer sua parte, um grande passo terá sido dado. Entretanto, é necessário potencializar o efeito transformador da atuação corporativa socialmente responsável. E o fortalecimento das entidades empresariais é um instrumento de grande relevância nessa perspectiva. Com entidades representativas, fortes e legitimadas — alimentadas pela democratização interna e o incentivo à participação — a atuação empresarial se realizará com todo o vigor.

Começar pela erradicação da fome, como bem priorizou o atual governo, contribui em muitos sentidos para a constituição de uma nova realidade econômica. Primeiro, porque funda as relações no princípio da solidariedade. Segundo, porque, se a insegurança alimentar destrói a autoestima daqueles que dela padecem, superá-la significa tonificar a sociedade em sua capacidade de vencer desafios. Terceiro, porque uma população sem alimentação adequada é também uma população sem saúde e sem capacidade de aprender, de se desenvolver em sua plenitude e de efetivar sua cidadania. Para empresas e entidades empresariais, participar da superação desse quadro é exercer sua responsabilidade social. Obterão, assim, não apenas o reconhecimento e a valorização de sua imagem, mas a inauguração de um novo período na história da economia brasileira, em que as riquezas que ela produz sejam compartilhadas de maneira mais justa e produtiva.

Segurança Alimentar



Fome e pobreza no Brasil

Neste início de século XXI, já é possível afirmar que os brasileiros têm plena consciência de que a fome é o fator de origem de outras graves mazelas da sociedade. Dimensionar o problema é o primeiro passo para resolvê-lo. Isso já foi feito. O segundo passo é estabelecer um pacto de toda a sociedade em torno de ações que visem reverter essa herança. É o que a sociedade brasileira está fazendo.

O Brasil é um país de dimensões continentais. Nossos recursos naturais são abundantes: rios para a geração de energia e irrigação de plantações, minerais das mais variadas espécies, florestas que possibilitam o extrativismo e o manejo sustentável, terras férteis para a agricultura familiar e para o agronegócio, costa marítima para o desenvolvimento do turismo, da pesca e para acolher as plataformas portuárias que escoam nossa produção para os diversos continentes do globo.

Toda essa riqueza, contudo, não o impede de permanecer na lista de países onde a fome ainda atinge parcela significativa da população. Como causas estruturais desse contraste, pode-se apontar a ausência de políticas de segurança

alimentar e de um modelo de desenvolvimento econômico gerador de emprego e inclusão social, assim como a elevada desigualdade na distribuição de renda. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), existem mais de 40 milhões de brasileiros vivendo em condições de insegurança alimentar. Ou seja, sem acesso regular aos alimentos necessários à sua sobrevivência e à realização integral da dignidade humana. Atualmente, à histórica concentração de pobreza na Região Nordeste, soma-se o crescente número de pessoas vítimas da exclusão social e do desemprego nas cidades médias e nas regiões metropolitanas.

Às pessoas que sentem fome, faltam nutrientes essenciais para a manutenção da saúde. Sem saúde, o rendimento escolar e a produtividade no trabalho são reduzidos. E, de geração em geração, a fome perpetua-se: as mães desnutridas dão à luz filhos abaixo do peso, com formação óssea inadequada, que só terão condições de desenvolver-se integralmente se contarem com atendimento especial. Os danos da má-formação podem ser permanentes.

Indicadores do tamanho da fome

Precisar o número dos que passam fome no Brasil é uma tarefa difícil. Estudiosos divergem sobre as metodologias e critérios utilizados no levantamento dos dados. Contudo, quaisquer dos indicadores escolhidos apresentam números alarmantes. O Programa Fome Zero recorreu a dados oficiais para a definição das estatísticas. Futuramente, elas serão comparadas com outros levantamentos para que se possa avaliar o trabalho realizado pelo governo e pela sociedade civil.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2001, do IBGE, existem 46,5 milhões de pessoas em condições de insegurança alimentar no Brasil. Ao todo, são 9,9 milhões de famílias com renda não superior a R\$ 183,81 por mês. Se considerarmos a média nacional de 4,7 pessoas por família, concluímos que a renda disponível por pessoa é de míseros R\$ 39,11 ao mês, valor obviamente insuficiente para suprir as necessidades básicas para a sobrevivência de um ser humano.

Outro indicador importante é a quantidade média de alimentos ingeridos. Os números da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) mostram que o Brasil produz uma quantidade de alimentos que permitiria a cada cidadão ingerir, em média, 2.960 kcal/dia, número superior ao mínimo recomendado por nutricionistas, que é 1.900 kcal/dia. Entretanto, segundo dados da mesma pesquisa, um entre dez brasileiros ingere menos de 1.650 kcal/dia.

Se fome é a mazela mais nefasta da pobreza, outros números só confirmam a faceta excludente da sociedade brasileira. Levantamento recente sobre o analfabetismo, realizado pela ONG Ação Educativa em parceria com o Instituto Ibope, revela que somente 25% da população entre 15 e 64 anos é capaz de ler e entender totalmente o que está escrito, assim como escrever corretamente. Os outros 75% são, de alguma forma, analfabetos: 37% são analfabetos funcionais tipo 2, que só conseguem identificar informação em textos curtos; 30% são analfabetos funcionais tipo 1, que só identificam informações numa frase simples; e 8% são completamente analfabetos. Assim como a fome, a má-formação educacional é um círculo vicioso que reduz a perspectiva de trabalho digno, afeta o desenvolvimento e a produção nacional e diminui a auto-estima do brasileiro.

Contar o contingente de pobres no Brasil, porém, importa menos do que começar a trabalhar para erradicar a pobreza no país. Qualquer contagem, apoiada em um ou em outro indicador social ou econômico, não mostrará nunca o tamanho do sofrimento, da dor, da impotência e da segregação que sente um excluído da sociedade. Os indicadores devem servir, tão somente, como referência do tamanho do esforço que toda a sociedade brasileira deverá fazer para dar dignidade, respeito e condições de trabalho e vida aos que não têm acesso aos requisitos mínimos para o exercício da cidadania.

O conceito de segurança alimentar

Convencionalmente, chamamos de “fome” aquela sensação de vazio no estômago, após um período sem alimentação. Mas a fome também é um fenômeno social, ligado à pobreza e a calamidades como a seca, por exemplo, e ao desemprego crônico, nas regiões metropolitanas.

Mesmo considerando que a fome aguda — escassez permanente de alimentos — é um fenômeno que atinge parcela reduzida da população, há muitos brasileiros que não têm acesso a refeições regulares, balanceadas e com a quantidade e qualidade suficiente de nutrientes necessários à saúde humana.

Se a carência de informações sobre o caráter nutricional dos alimentos é um dos fatores da má alimentação, podemos dizer

que a principal causa da inadequação alimentar é a falta de renda, que obriga esse contingente enorme de pessoas a alimentar-se sem a regularidade e a qualidade necessárias.

Para evitar confusões, foi introduzido o conceito de segurança alimentar, que engloba essas duas ordens de problemas: a fome propriamente dita e a insuficiência alimentar e nutricional. Nesse sentido, o Programa Fome Zero foi definido como “uma proposta de segurança alimentar para o Brasil”. Tratar da segurança alimentar é, portanto, cuidar para que todos os cidadãos se alimentem de maneira minimamente adequada para a efetivação da dignidade humana e, conseqüentemente, dos Direitos Humanos.



Alimentação é um direito humano

A evolução histórica dos Direitos Humanos, que principia séculos atrás, na Idade Média, com as primeiras instituições que garantiam direitos, e progride a partir do século XVIII em ampliações sucessivas dos direitos individuais, civis, políticos e sociais, revela um processo contínuo de integração da humanidade. Hoje, reconhecemos a igualdade essencial de todos os homens, sem prejuízo das múltiplas diferenças ideológicas e culturais que os distinguem entre si.

No centro de toda essa evolução está a idéia de que todos os Direitos Humanos são direitos inerentes à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos — independentemente de diferenças biológicas e culturais, de gênero, etnia, classe social, grupo religioso, entre outras possíveis. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o direito à alimentação adequada é condição fundamental para que todos os outros Direitos Humanos possam ser efetivados. Afinal, sem comida não há saúde, educação, trabalho, segurança e liberdade.

A atual Constituição brasileira é um marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil. O texto de 1988 dá aos direitos e garantias ênfase extraordinária, sendo o documento mais avançado, abrangente e minucioso na história constitucional do país. Ou seja,

nunca o reconhecimento da existência dos Direitos Humanos foi tão intenso e enraizado, sendo o valor da dignidade humana o núcleo formador básico da Constituição Federal. O preâmbulo assinado pelos constituintes evidencia a atual percepção da sociedade brasileira em relação ao tema: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos (...) para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)”.

Um Projeto de Emenda Constitucional em tramitação no Congresso Nacional propõe a explicitação do direito à alimentação na Carta Magna brasileira. A Declaração Universal dos Direitos Humanos já estabelece, em seu artigo 25, que “todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação”. Como decorrência da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas produziu documento que afirma que “sempre que um indivíduo ou grupo é incapaz, por razões além de seu controle, de usufruir do direito à alimentação adequada com recursos à sua disposição, os Estados teriam a obrigação de realizar (prover) o direito diretamente”.

Pobreza e crescimento econômico

Chegamos a um ponto crítico na evolução da humanidade. O enfrentamento da miséria e da desigualdade é uma questão mundial. No Brasil, o desafio é mobilizar as diversas instituições da sociedade para que não fechem os olhos diante da acentuada divisão entre ricos e pobres, para construir um país onde o direito à alimentação passe a ser a condição número um para seu desenvolvimento.

A sociedade brasileira tem expressado sua vontade de erradicar a pobreza e construir um país onde impere a cidadania e os direitos básicos sejam assegurados. Avançar nessa perspectiva é essencial para engendrar uma economia sólida, que cresça de maneira sustentável. “As experiências positivas e negativas ao longo dos últimos cinquenta anos são instrutivas”, afirma

Richard Jolly, do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). “As estratégias para erradicar a pobreza não apenas são a chave para promover o desenvolvimento humano, mas têm-se mostrado essenciais às políticas de crescimento econômico.”

Não há dúvida de que os países que atingirão um crescimento econômico firme e equitativo no século XXI serão aqueles que fizerem da erradicação da miséria e da fome o objetivo central de suas políticas nacionais de desenvolvimento. O atual conceito de crescimento sustentável passa necessariamente pela redução gradativa dos índices de pobreza e pela garantia de segurança alimentar para toda a população.

Dimensões da segurança alimentar

As políticas de segurança alimentar abrangem quatro dimensões básicas:

- A primeira diz respeito às intervenções na esfera da produção de alimentos, rural ou urbana, desde a produção para consumo pelas famílias rurais, passando pela produção mercantil de matéria-prima ou produtos in natura, até os alimentos preparados e refeições;
- A segunda é relativa ao acesso aos alimentos e inclui as ações no campo do abastecimento e comercialização;

- A terceira relaciona-se à esfera do consumo e compreende educação alimentar, educação para o consumo sustentável e organização dos consumidores;
- A quarta é constituída pelos programas de distribuição de alimentos em caráter suplementar ou emergencial, dirigidos a grupos específicos.

Essas quatro dimensões estão contempladas na proposta do Programa Fome Zero.

O Programa Fome Zero



Prioridade já é realidade

O Programa Fome Zero é hoje uma realidade. Prioridade do governo federal e foco de atuação de diversos ministérios e também das esferas estaduais e municipais de governo, o programa incorporou à realidade nacional uma nova agenda de trabalho. A crescente mobilização da sociedade civil é prova disso.

No plano federal, um instrumento de diálogo com a sociedade é o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Em setembro de 2003, já haviam sido criados vinte Conseas estaduais e cinquenta municipais, além dos 1.191 comitês gestores nos municípios do Semi-Árido nordestino, onde funciona o Cartão-Alimentação. A sociedade civil não fica atrás: centenas de entidades atuantes, das mais diferentes naturezas, estão engajadas no programa. A criação da Associação Apoio Fome Zero pelo

empresariado brasileiro é exemplo dessa crescente mobilização.

“Uma linha divisória foi ultrapassada”, avalia o professor Walter Belik, um dos idealizadores do programa, pois “quebraram-se a inércia e a indiferença diante do princípio que dividia o Brasil em dois mundos — o dos cidadãos e o dos exilados — dentro do próprio país. Agora é lançar novas amarras. E estabelecer uma sólida ponte para o trânsito do comboio que vai conduzir o Brasil a um inadiável destino, o da justiça social. Hoje, qualquer cidadão, entidade, empresa ou instituição que pretenda ter uma atuação social sabe que existe uma prioridade fixada pelo Estado brasileiro. E, mais do que isso, tem um repertório de iniciativas e parcerias a escolher. Combater a fome deixou de ser um compromisso unilateral entre governo e excluídos para se tornar uma repactuação da sociedade consigo mesma”.

Três níveis de políticas

O Fome Zero é constituído por um conjunto de práticas e ações de aplicação gradativa que tem como objetivo criar condições para a promoção irrestrita da segurança alimentar da população brasileira em todas as regiões do país. O programa prevê diferentes políticas que,

complementarmente, contribuirão para a erradicação dos problemas estruturais geradores de insegurança alimentar. Para melhor compreender o Fome Zero, suas ações foram divididas em três diferentes frentes: as políticas estruturais, as políticas específicas e as políticas locais.

Outras iniciativas do governo federal, como os programas Primeiro Emprego e Brasil Alfabetizado, interagem diretamente com o Fome Zero e, por representarem o conjunto de ações desenvolvidas pelo governo federal em parceria com a

sociedade civil, estão aqui apresentados.

São, no total, 25 políticas integradas por mais de quarenta programas. Os três níveis de atuação estão indicados no quadro a seguir.



Políticas estruturais

As políticas estruturais pretendem impulsionar mudanças nas bases históricas que mantêm a pirâmide social brasileira inalterada. Nesse sentido, a única maneira de garantir a inclusão social é possibilitar que o cidadão tenha renda permanente. Esse é exatamente o objetivo desse conjunto de ações estruturantes, mediante o desenvolvimento de mecanismos que permitam a geração de renda e a redução do comprometimento financeiro mensal da

família. As políticas estruturais levam à inclusão dos milhões de brasileiros no processo de desenvolvimento por meio do acesso ao emprego e da inclusão social. Todas as iniciativas desse grupo projetam uma sustentação em longo prazo. Essas políticas transitam em uma faixa de intervenção aparentemente exclusiva do governo. Elas podem ser promovidas, impulsionadas e apoiadas também pela sociedade civil.

Programa Primeiro Emprego

Os dados do desemprego dos jovens no Brasil tornam esse programa essencial e prioritário. Do total de pessoas desempregadas em nosso país, 44% são jovens entre 16 e 24 anos, que dificilmente rompem a barreira da necessidade de experiência profissional para o ingresso em uma empresa. Mas como ter experiência, se não existem chances para obtê-la?

O Programa Primeiro Emprego, vinculado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, tem como objetivo criar mais e melhores oportunidades de trabalho para a juventude. As seguintes ações concretas estão sendo propostas para assegurar a oportunidade de inserção dos jovens no mundo do trabalho:

- Incentivos às empresas para a contratação de jovens;
- Incentivo às ações de responsabilidade social das empresas;
- Investimento na geração de ocupação de jovens por meio do incentivo ao empreendedorismo, ao auto-emprego e à economia solidária.

Esse programa reconhece como fundamental a participação das entidades empresariais para o sucesso da iniciativa. Empresários e empresárias podem integrar essa parceria entre governo e sociedade, desempenhando papel imprescindível na geração de oportunidades para a juventude.

Uma micro ou pequena empresa, por exemplo, pode se habilitar a receber R\$ 200

por mês por jovem contratado, durante seis meses. No caso de uma empresa com faturamento superior, receberá R\$ 100 por mês, durante seis meses. Nos dois casos, o empresário deve comprometer-se a manter os jovens nos postos de trabalho por um período mínimo de doze meses.

A empresa terá, ainda, sua parceria

publicamente reconhecida pelo Programa Primeiro Emprego e pelo governo federal. Incentivar a participação das empresas, esclarecendo empresários e criando mecanismos que facilitem seu ingresso no programa, é uma das contribuições fundamentais das entidades empresariais para o sucesso da iniciativa.

Programa Brasil Alfabetizado

As entidades empresariais têm muito a contribuir para que o Brasil se torne um país alfabetizado, inclusive divulgando as ações do Programa Brasil Alfabetizado em seus veículos de informação e em reuniões entre empresários. O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, está organizando e coordenando o maior esforço já realizado na história do Brasil para a eliminação do analfabetismo, que, ainda nos dias de hoje, condena à exclusão social, cultural e econômica quase 20 milhões de jovens e adultos brasileiros.

Aprender a ler e escrever é direito de todo cidadão. Só assim ele pode fazer valer sua opinião. É uma questão de dignidade e de oportunidade. O cidadão que sabe ler e escrever é mais seguro, autônomo, fortalece sua auto-estima, tem mais chances na vida. Além disso, um país alfabetizado se desenvolve mais: tem profissionais mais capacitados, é mais produtivo, tem menos acidentes de trabalho, menos corrupção.

Mais que tudo isso, é um país mais justo e humano. Entre as muitas sugestões de como participar, é possível:

- garantir que todos os funcionários e familiares das empresas associadas sejam alfabetizados. Isso pode ser feito em parceria com uma instituição alfabetizadora ou mantendo salas de aulas em suas dependências;
- contribuir para erradicar o analfabetismo nos bairros ou nas comunidades onde uma associação de empresas está inserida. Em parceria com uma instituição alfabetizadora, a entidade poderá financiar cursos de alfabetização;
- apoiar diretamente as instituições alfabetizadoras com doações em dinheiro, ajudando na manutenção de salas de aula, ou de material escolar, mobiliário, transporte, merenda etc.;
- fazer parcerias com prefeituras e governos estaduais para financiar programas governamentais de alfabetização e ajudar na formação de novos alfabetizadores.

Incentivo ao microcrédito

O microcrédito é uma modalidade de financiamento que facilita o crédito aos empreendedores do setor formal e informal de pequeno porte. Tem como característica, de um lado, sua capacidade de geração de emprego e, do outro, a necessidade de pouco capital para sua implementação. Além disso, os negócios que precisam de microcrédito não disputam mercado com as médias e grandes empresas.

A principal ação que pode ser realizada pelas entidades empresariais diz respeito à criação e participação em agências de microcrédito solidário, diretamente ou pelo incentivo aos associados. É uma alternativa também para as muitas empresas que não têm como finalidade emprestar dinheiro nem têm vocação para isso.

As agências de microcrédito são entidades autônomas que emprestam quantidades mínimas de recursos para que pessoas pobres possam iniciar ou ampliar um negócio. As experiências de microcrédito já foram suficientemente documentadas e os bancos oficiais que atualmente operam nessa linha comprovam que seus resultados são muito satisfatórios, inclusive pelo estímulo direto ao

desenvolvimento econômico local. As taxas de inadimplência para esse tipo de operação são comprovadamente baixas, e o retorno social é compensador. Os empréstimos pelo sistema de microcrédito giram em torno de R\$ 1.000 e são concedidos preferencialmente às mulheres.

O microcrédito tem obtido especial sucesso na agricultura familiar. O incentivo à produção no campo é uma necessidade e uma condição para o fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros. Em parte, é o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano. No Sul do país, pequenos produtores contam com uma rede de agências de microcrédito que impulsionam a produção e o desenvolvimento local. Essas experiências são especialmente bem-sucedidas onde há escassez de alternativas de crédito para a produção e a comercialização de produtos agrícolas. Em resumo, o microcrédito é uma medida prática e eficaz para a melhoria das condições sociais sem assistencialismo ou dependência exclusiva de subsídios públicos.



Políticas específicas

As políticas específicas são aquelas que visam atender diretamente as famílias para lhes garantir alimentação em termos de quantidade, qualidade e regularidade. Entre elas estão as doações de cestas básicas e alimentos, a educação para o consumo e a educação alimentar, a ampliação do Programa de Alimentação do

Trabalhador (PAT) e o combate à desnutrição materno-infantil.

As entidades empresariais podem ter uma atuação decisiva no reforço às iniciativas desse grupo de políticas, direta ou complementarmente. Vejamos alguns dos principais programas que podem contar com a participação das entidades.

Apoio à complementação de renda

Os programas de complementação de renda, entre os quais o Cartão-Alimentação do Programa Fome Zero, ao mesmo tempo em que ajudam a amenizar problemas emergenciais, contribuem para o desenvolvimento das economias locais. O governo está promovendo a integração dos programas existentes de repasse de verba a famílias pobres em um único cartão. Cada programa tem como exigência contrapartidas, que podem variar da manutenção dos filhos na escola à prestação de trabalho comunitário. Entidades e empresas podem se organizar para atuar em parceria com órgãos governamentais para:

- oferecer cursos, treinamento profissional, educação alimentar e nutricional e noções de higiene e saúde;
- implementar projetos nas comunidades que representem alternativas de trabalho para pessoas beneficiadas pela complementação de renda;
- viabilizar acompanhamento e reforço escolar para os filhos dessas pessoas;
- “adotar” famílias que recebem o benefício, acompanhando-as na avaliação da composição de suas refeições, no desenvolvimento profissional dos pais e no lazer das crianças.

Doações de cestas básicas e alimentos

O conjunto da sociedade está trabalhando por uma mudança estrutural que erradique a pobreza e a fome no Brasil. Porém, ainda são necessárias medidas emergenciais que garantam a sobrevivência diária de parcela da população. Ao mesmo tempo, a distribuição de cestas básicas deve ser acompanhada de mecanismos de controle que evitem desvios e práticas clientelistas. Mesmo assim, esse modelo de distribuição de alimentos não gera desenvolvimento, pois mantém o comércio paralisado e a economia local praticamente inativa. É por isso que o Fome Zero só realiza a distribuição de cestas básicas em caráter emergencial e por períodos determinados.

As doações beneficiam famílias vítimas de calamidades naturais, novos assentamentos da reforma agrária que ainda não atingiram níveis de produção agrícola satisfatórios e regiões muito distantes dos estabelecimentos credenciados no

Programa Cartão-Alimentação, além de grupos específicos como povos indígenas, remanescentes de quilombos e moradores de lixões.

As entidades podem colaborar comprando e distribuindo cestas básicas de forma ordenada e coordenando grupos de empresas que façam o mesmo. Mas pode também ajudar de duas outras maneiras:

- Suprindo o poder público e as entidades assistenciais com informações importantes para seu trabalho de compra e montagem das cestas com dados sobre preços, cotações e disponibilidade dos produtos que compõem as cestas básicas.
- Apoiando com estrutura e logística. Muitas empresas podem ceder caminhões de transportadoras e viabilizar centrais de distribuição em supermercados e atacadistas. A falta de estrutura é muitas vezes a principal carência do poder público.

Educação para o consumo e educação alimentar

Por ser um país de contrastes, o Brasil convive, de um lado, com a falta de alimentos para a população mais pobre e, do outro, com os problemas ocasionados pela obesidade. A desnutrição, gerada principalmente pela falta de renda, pode também ser resultado de uma alimentação desequilibrada e pouco saudável. Essa é a

mesma raiz da obesidade, que atinge índices crescentes no Brasil e provoca males incorrigíveis à saúde.

Mudar esse panorama exige um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. A legislação federal tem sido aperfeiçoada para que a publicidade e a venda de alimentos sejam reguladas para

garantir a saúde da população. Alguns gêneros alimentícios já possuem controle rigoroso e as lanchonetes dos estabelecimentos de ensino estão sendo instruídas a evitar certos tipos de alimentação. Já existem leis estaduais que procuram assegurar refeições saudáveis desde a infância.

Algumas ações atualmente colocadas em prática dão idéias para a atuação das entidades e suas empresas associadas. É possível garantir, nas próprias empresas, além de refeições balanceadas para os funcionários, informações sobre a compra dos alimentos e seu valor nutricional e o preparo das refeições. Aos funcionários que recebem vale-refeição, deve ser garantido o mesmo tipo de orientação. É importante

contratar nutricionista que cuide do preparo do cardápio servido pela empresa ou, em caso de não haver refeitório, que percorra os restaurantes próximos para fornecer informações e incorporar sugestões aos cardápios.

As entidades ligadas aos setores de alimentos e também aquelas que reúnem agências de publicidade e empresas de comunicação podem assegurar o cumprimento da obrigação legal de divulgar precisa e corretamente os alimentos comercializados, seus componentes e valores nutricionais. O combate eficaz ao desperdício também é fator fundamental de responsabilidade social.

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

Estimular e efetivar as possibilidades do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) é uma importante medida de combate à insegurança alimentar que pode ser adotada pelas entidades empresariais. O programa foi criado pela Lei nº 6.321 com o propósito de beneficiar, principalmente, o trabalhador de baixa renda, com refeições e alimentação saudável. Ao participar do PAT, a empresa pode deduzir do imposto de renda a pagar o dobro das despesas realizadas com alimentação de seus funcionários, desde que essa dedução não ultrapasse 4% do total devido, podendo descontar até 20% do benefício concedido a seus empregados.

O PAT tem grande influência na qualidade de vida do trabalhador, já que a

concessão desse benefício propicia maior resistência a doenças, aumento da capacidade física e mental, maior resistência à fadiga e um visível crescimento da motivação para o exercício de suas funções. Implica, entre outros fatores, a redução dos acidentes de trabalho.

Muitas empresas não têm como participar oficialmente do PAT, pois pagam seus impostos pelo SIMPLES. De qualquer maneira, podem colaborar adequando a alimentação de seus empregados de forma autônoma, ou mesmo aumentando o valor do vale-refeição e oferecendo café da manhã.

A garantia de condições de nutrição satisfatórias para que o trabalhador exerça

suas funções é o maior requisito para sua qualificação permanente e o melhor investimento para as empresas. Quando o trabalhador não possui um nível adequado de nutrição, sua auto-estima fica abalada pela

dificuldade de desenvolver suas habilidades e de absorver novos conhecimentos. Esse sentimento de incapacidade gera baixa produtividade e reflete-se diretamente nos resultados da empresa.

Combate à desnutrição materno-infantil

Esse é um dos principais campos em que as entidades empresariais podem colaborar, em parcerias com associações beneficentes que já desenvolvem trabalho na área.

Em 2001, a taxa de mortalidade infantil brasileira era de 32,7 por mil recém-nascidos, número ainda bastante elevado. No México, por exemplo, esse número cai para 25 e nos Estados Unidos para 8. Não há dúvidas de que o principal motor da mortalidade infantil no Brasil é a desnutrição, acompanhada da falta de informação imprescindível para a manutenção da saúde das mães e dos bebês.

O primeiro passo é garantir às funcionárias das empresas associadas

acesso à informação. O segundo é liberá-las para a amamentação nos horários que a tarefa exige. Mas ainda há outras formas de ajudar a reduzir os índices atuais de mortalidade infantil. São elas:

- Implementar programas de acompanhamento que informem às famílias de funcionários da empresa e da comunidade sobre as necessidades prioritárias do período de gestação e de crescimento das crianças;
- Fornecer diretamente os alimentos que suplementam a amamentação para os funcionários e para a comunidade;
- Apoiar ONGs e associações que desenvolvem trabalhos na área de segurança alimentar de mães e bebês, como a Pastoral da Criança.



Políticas locais

A fome não é uma entidade abstrata. Ela existe em lugares específicos e pode ser combatida onde ocorre. Essa premissa do Fome Zero é um de seus pontos fortes. Diferentes maneiras de apoiar uma iniciativa local surgem a cada dia. Devido às diversidades regionais, criou-se um considerável leque de opções de ação, aplicáveis a cada realidade sociocultural. Afinal, campo e cidade são diferentes por natureza, assim como uma pequena cidade e uma região metropolitana.

É necessário, contudo, que as entidades e empresas façam uma análise cuidadosa das regiões que pretendem apoiar. Muitas vezes, o espaço geográfico em que se situam não é o mais carente de

políticas inclusivas. Em outros casos, a própria comunidade em que a entidade realiza seus negócios é a mais necessitada. Ainda há casos em que é relevante o apoio a áreas que sofrem o impacto dos negócios das empresas, mas não estão em seu raio direto de ação. O importante é a reflexão apurada das demandas e possibilidades de cooperação em cada um dos espaços, para que as intervenções da sociedade civil sejam as mais proveitosas possíveis.

No site www.fomezero.org.br existe o Banco de Informações para Apoio a Iniciativas Locais, que indica oportunidades de parcerias e projetos que podem ser apoiados, principalmente em municípios da região do Semi-Árido.

Apoio à agricultura familiar

Genericamente, pode-se considerar a agricultura familiar uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, marcado pela diversificação. Eventualmente, a mão-de-obra da família pode ser complementada pelo trabalho assalariado.

Fortalecer as atividades do campo significa absorver mão-de-obra e gerar renda. A agricultura familiar é responsável por 67% da produção nacional de feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de

suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café e 32% da soja. O setor ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura. Por isso, a agricultura familiar é um meio eficiente de reduzir a migração do campo para a cidade.

O governo federal vem dedicando atenção especial ao tema. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar) objetiva consolidar o segmento como gerador de postos de trabalho e renda. Consiste, entre outras

medidas, em fornecer crédito a juros prefixados e em níveis reduzidos. Entretanto, a oferta desse tipo de crédito tem se mostrado insuficiente frente à demanda dos pequenos produtores rurais.

Esse espaço pode ser ocupado por iniciativas do setor privado, na oferta de

apoio à produção para consumo próprio e de suporte às atividades mercantis tipicamente rurais. Outra forma de apoio das entidades e empresas é o incentivo à produção e comercialização de artesanato local, valorizando a produção de bens culturais regionais.

Bancos de alimentos

A distribuição de alimentos fornecidos pelas empresas e entidades doadoras entre instituições beneficentes é a tarefa dos bancos de alimentos, que possibilitam a complementação alimentar das pessoas assistidas pelas instituições.

Existem dois tipos de bancos de alimentos. Um deles é o que recolhe os chamados alimentos in natura de restaurantes, buffets, cozinhas industriais que seriam desperdiçados e zelam por sua rápida distribuição. O outro recolhe prioritariamente alimentos de grandes doadores, como as centrais de abastecimentos, grandes produtores e redes

de supermercados. Ambos respondem pela qualidade daquilo que é distribuído. Por isso, muitas vezes realizam inspeções e exames laboratoriais para garantir que somente alimentos em perfeitas condições de consumo sejam entregues às instituições responsáveis pela distribuição.

As entidades podem articular seus associados para, em conjunto, montarem um banco de alimentos. A divisão dos custos de implementação e manutenção necessárias reduz as despesas de cada uma das empresas e viabiliza uma iniciativa fundamental para a redução da insegurança alimentar.

Restaurantes populares

O restaurante popular tem como objetivo fornecer refeições a baixo custo para o enorme número de pessoas com pouco poder aquisitivo. Montar e administrar um restaurante popular é uma iniciativa de grande valia e, assim como um banco de alimentos, pode ser implementada por um conjunto de empresas afins.

À entidade cabe a tarefa tanto de montar um

restaurante como de aglutinar essas empresas e comandar o processo de integração entre elas, para que o projeto se viabilize.

Outra parceria que pode ser desenvolvida com os restaurantes já existentes para redução dos custos é o investimento pelas empresas de recursos publicitários nos espaços internos dos refeitórios.

Restaurantes com esse perfil já funcionam em diversas cidades do país e têm obtido sucesso na garantia de pelo menos uma refeição diária à parcela da população. Sua implantação permite oferecer aos cidadãos refeições com elevado valor nutricional e eles podem ser

utilizados como instrumento de educação alimentar de seus usuários, difundindo novas práticas e hábitos. O uso de produtos regionais também possibilita a redução de custos, além de significar novas oportunidades para os agricultores das áreas vizinhas.

O que as entidades empresariais podem fazer

Para compreender o que as entidades podem fazer é importante ter consciência de seu potencial. Se as empresas representam as células individuais do desenvolvimento econômico e da responsabilidade social, as entidades empresariais são organismos capazes de disseminar valores e práticas para um conjunto de empresas.

Ao mesmo tempo em que são reflexo dos anseios de seus associados, as entidades podem ter um papel fundamental na propagação das práticas ligadas à responsabilidade social e à consolidação da segurança alimentar. Nessa via de mão dupla, cabe às entidades a reflexão cotidiana sobre as ações sociais das empresas afiliadas e, como consequência, a condução de processos capazes de valorizar a responsabilidade social como prática imprescindível das empresas no contexto atual da sociedade brasileira.

As agendas estabelecidas pelas entidades têm reflexo direto nas empresas. É a partir das temáticas estabelecidas como prioritárias pelas entidades que as empresas passam a organizar seu trabalho de intervenção no cenário nas quais estão inseridas. Tanto nos debates macropolíticos como nas discussões sobre ações de cunho social, são as entidades que se colocam na linha de frente e tomam para si a responsabilidade pela condução de seus

associados. Essa é sua natureza.

Da mesma maneira, os compromissos públicos assumidos pelas entidades reverberam em escala progressiva, contaminando todas as empresas que fazem parte de seu quadro de associados, seus funcionários e clientes. Podem, inclusive, incentivar umas às outras a fazer o mesmo.

Ao assumir um compromisso público com a erradicação da pobreza e da fome, as entidades despertam e incentivam seus associados a agir da mesma maneira. Os desafios de tornar o Brasil um país cidadão é compartilhado e quem ganha com isso é o conjunto da sociedade.

Por fim, é importante ressaltar o papel de liderança das entidades. Por reunirem empresas de determinado segmento ou área de atuação, as entidades contagiam seus associados ao assumir sua vocação como um dos atores principais na construção do país. Juntos, podem contribuir de forma consistente para o desenvolvimento humano e econômico brasileiro.

Apresentamos, neste capítulo, breves indicações de um roteiro de caminhos que as entidades empresariais podem trilhar, visando consolidar seus programas voltados para a promoção da segurança alimentar e para a erradicação da pobreza, inspirados nas ações que já são desenvolvidas por muitas delas.

Inserir em sua agenda a segurança alimentar

As entidades empresariais podem começar promovendo, entre seus próprios dirigentes, uma ação que sirva para sua reflexão sobre a importância do engajamento das empresas nas ações de

erradicação da fome no Brasil. Para marcar esse processo, cada entidade pode elaborar uma Carta de Compromisso, em que anuncie as principais iniciativas que pretende adotar.

Criar um grupo de trabalho específico

Grande parte das entidades possui núcleos de ação social e responsabilidade social empresarial. Eles podem servir de base para a criação de um grupo específico,

responsável por tratar das questões relacionadas à segurança alimentar, detalhar estratégias e estabelecer um plano de ação para a entidade e seus associados.

Promover programas para funcionários e parceiros

Muitas iniciativas podem visar ao público interno das entidades, em especial funcionários e prestadores de serviços terceirizados. Cursos de alfabetização, escolarização, capacitação e formação profissional têm impacto bastante

positivo. Cursos de educação alimentar e concessão de cestas básicas são algumas das propostas que podem ser implementadas, assim como programas de valorização da diversidade, de qualidade de vida e de voluntariado.

Informar e engajar as empresas associadas

Os veículos de comunicação das entidades devem ser utilizados para divulgar informações e estimular o engajamento das empresas associadas nos programas de

segurança alimentar e nutricional. Também podem ser elaboradas campanhas, cartazes, cartilhas e outras publicações específicas, com o mesmo objetivo.

Realizar seminários de formação

A realização de seminários destinados às empresas associadas é um meio importante de conscientizar seus representantes da importância do tema da segurança alimentar.

Esses seminários podem ser também um espaço de adesão das empresas às iniciativas das entidades e de troca de experiências que elas já desenvolvem.

Registrar e divulgar experiências das empresas

As entidades podem promover pesquisas entre as empresas associadas para registrar suas experiências em ações sociais voltadas para o enfrentamento da fome e suas causas. Essas pesquisas podem fazer

parte do desenvolvimento de indicadores de responsabilidade social para o setor que cada entidade representa. Também é possível constituir um banco de experiências que sirva de referência para replicação.

Definir linhas de atuação prioritárias para o setor

É importante desenvolver programas de ação que levem em conta a vocação específica do setor econômico das entidades. Por exemplo, uma entidade do setor de transporte pode implementar um

programa de logística e distribuição de alimentos que utilize a capacidade ociosa de suas empresas associadas. Os programas podem ser desenvolvidos pela articulação de toda a cadeia produtiva do setor.

Estabelecer uma meta para seu setor de atividade

Um recurso eficaz de canalização de esforços é estabelecer uma meta específica para o setor de atividade da entidade empresarial, desenvolvendo um plano de ação e mobilização das empresas associadas para

que o objetivo fixado seja atingido. A meta pode ser, por exemplo, alfabetizar todos os funcionários das empresas e seus familiares ou estabelecer um patamar anual de vagas para o primeiro emprego de jovens trabalhadores.

Fazer parcerias e influenciar políticas públicas

As entidades empresariais devem usar o conhecimento já acumulado pela sociedade na implantação de projetos sociais. Nesse sentido, é importante buscar a parceria com ONGs e entidades assistenciais, assim como com sindicatos de

trabalhadores, igrejas, associações e outras instituições da sociedade. Outro fator relevante é o reforço a políticas públicas de educação, saúde e inclusão social, por sua permanência e maior potencial de articulação de apoios.

Criar premiação ou selo de reconhecimento

As entidades podem instituir prêmios e selos para reconhecer e destacar a atuação social das empresas associadas. Essa iniciativa, além do efeito exemplo

proporcionado pela visibilidade das ações premiadas, valoriza a imagem das empresas que investem em programas de enfrentamento da fome.

Incentivar a adoção de programas

As entidades podem criar mecanismos que promovam a adoção, pelas empresas associadas, de programas voltados para a segurança alimentar e a inclusão social, entre eles as iniciativas

que compõem as políticas do Programa Fome Zero. São muitas as possibilidades de atuação, apresentadas nesta cartilha e também no site www.fomezero.org.br.

Buscar a certificação do Programa Fome Zero

A entidade que se dispõe a apoiar de forma sustentável o Fome Zero durante os próximos quatro anos qualifica-se para receber o Certificado de Empresa Parceira. Para tanto, a entidade deve apresentar um plano de ação para 2003-2004 e o compromisso de alavancar

e manter essas iniciativas. O certificado é concedido pelo Mesa (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e autoriza a entidade a usar a logomarca do Fome Zero em peças publicitárias e divulgar seu nome como "Parceira do Fome Zero".

Bons Exemplos de Ações de Entidades Empresariais pela Segurança Alimentar

Confira a seguir práticas que já estão sendo desenvolvidas por entidades empresariais com seus associados, as comunidades e a sociedade. Os casos aqui relacionados são apenas parte do

leque de ações realizadas no Brasil. São iniciativas que podem ser replicadas ou servir de inspiração para novas ações das empresas e de suas entidades.

Alfabetização de jovens e adultos

Já existe um importante acúmulo de experiências na área de alfabetização de jovens e adultos privados da formação escolar regular. Para buscar zerar os índices de analfabetismo é preciso aprender com essas experiências e ampliá-las na escala das necessidades do Brasil.

O projeto Alfabetizar é Construir foi lançado em 1987, quando o MEC (Ministério da Educação) decidiu investir numa iniciativa com a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e a Fundação Roberto Marinho. Durante oito meses, um grupo formado por pedagogos, educadores renomados como Paulo Freire e técnicos do Banco Mundial elaboraram uma metodologia própria para ensinar operários da construção civil. A implementação posterior do Alfabetizar é Construir foi articulada pela CBIC, visando alfabetizar o trabalhador da construção civil em salas de aula instituídas nos canteiros de obras. O programa foi desenvolvido inicialmente pelo Sinduscon/Rio (Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio de Janeiro), em parceria com o Sesi (Serviço Social da Indústria).

Em 1997, com noventa salas de aula no Rio de Janeiro e dezoito sindicatos empresariais do país envolvidos em projetos semelhantes, o Alfabetizar é Construir recebeu do MEC o prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho. Desde 1990, mais de 11 mil operários já

foram alfabetizados nas salas implantadas nos canteiros de obras das empresas de construção. O programa foi replicado por entidades de outros Estados, como o Sinduscon/PE (Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Pernambuco), onde mais de 1.200 trabalhadores foram alfabetizados em quatro anos.

O Sistema Firjan, formado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, pelo Centro Industrial do Rio de Janeiro, pelo Sesi/RJ, pelo Senai/RJ e pelo IEL (Instituto Euvaldo Lodi), desenvolve o Projeto TransFORMAR, que visa à erradicação do analfabetismo entre os jovens de 15 a 19 anos no Estado do Rio de Janeiro. Implantado em 1999, o TransFORMAR, em parceria com 86 prefeituras, com a ajuda de líderes locais e da sociedade civil organizada, já matriculou 17.652 jovens. São 15.711 já alfabetizados pela primeira fase do projeto e 1.940 ainda cursando.

Após a conclusão da alfabetização, os jovens são encaminhados para a segunda fase do Projeto TransFORMAR, denominada Rumo à Cidadania, que integra o ensino fundamental com formação profissional. No total, 14.527 jovens já foram atendidos nessa fase. Em novembro de 2002, o Projeto TransFORMAR recebeu da ONU (Organização das Nações Unidas) o certificado do Programa Alto Impacto Social das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Contato

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Sinduscon/Rio – Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio de Janeiro
Célia Macieira (Departamento de Relações Institucionais)
E-mail: alfabetizareconstruir@sinduscon-rio.com.br
Site: www.sinduscon-rio.com.br

Contato

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Isabella Rosado Nunes (Coordenadora do Núcleo Social)
E-mail: inunes@firjan.org.br
Site: www.firjan.org.br

O objetivo do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) é estimular as empresas a fornecer a seus funcionários refeições e alimentação saudável. A adesão das empresas ao programa — conscientes de que condições de nutrição satisfatórias influenciam a qualidade de vida do trabalhador e, conseqüentemente, a produtividade da empresa — tem se tornado sinônimo de responsabilidade social.

Ao participar do PAT, a empresa pode deduzir do imposto de renda a pagar o dobro das despesas realizadas com a alimentação de seus funcionários, dentro dos limites estabelecidos pela lei que regulamenta o programa. Atualmente 3% das empresas adotam o programa, totalizando 28% de empregados beneficiados. O Sesc/PR (Serviço Social do Comércio do Paraná) oferece 112.500 refeições por mês em seus catorze restaurantes.

A CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) e os Sindicatos da Indústria

da Construção Civil têm incentivado suas empresas afiliadas a incorporar nas convenções coletivas de trabalho cláusulas de adesão ao PAT. Em 2001, a CBIC firmou Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e do Emprego para divulgar amplamente e mobilizar as empresas construtoras a participar do PAT e reforçar a alimentação de seus trabalhadores.

O Sesi/CE (Serviço Social da Indústria do Ceará) desenvolve ações vinculadas ao PAT desde 1982. Diariamente, são fornecidas 12 mil refeições produzidas pela cozinha industrial da entidade. Todos os produtos utilizados no preparo das refeições passam pela aprovação do Serviço de Inspeção Federal e por um rigoroso sistema de controle de qualidade. Além disso, o Sesi/CE fornece merenda escolar para 8 mil alunos de suas escolas e ministra palestras sobre o valor nutricional dos alimentos.

Contato

CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Francisco Russo (Superintendente)
E-mail: cbic@cbic.org.br
Site: www.cbic.org.br

Contato

Sesi/CE – Serviço Social da Indústria do Ceará
Jorge Parente Frota Jr. (Diretor Regional)
E-mail: fcm@sfiec.org.br
Site: www.sesi.org.br

Apoio a organizações da sociedade

O Projeto Tá Limpo, iniciativa da Abralimp (Associação Brasileira do Mercado Institucional de Limpeza) e da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, coloca em prática, desde junho de 2000, o conhecimento das empresas nas áreas de higiene e limpeza profissional e ajuda a prevenir doenças.

Por meio do projeto, empresas do setor de limpeza contribuem para a melhoria e preservação da saúde de crianças e jovens em instituições sociais de atendimento, fornecendo produtos (papéis sanitários, químicos e acessórios para limpeza profissional) e serviços. O Projeto Tá Limpo promove a orientação dos profissionais de limpeza para desempenharem melhor suas funções, define processos de trabalho e treina as equipes de limpeza das instituições, visando oferecer às crianças e aos funcionários um ambiente limpo, higienizado e saudável. Também realiza palestras e campanhas com o objetivo de transmitir noções de higiene e limpeza.

A Abralimp, com cerca de duzentos associados, é responsável pela integração das empresas do setor de limpeza institucional do país com organizações locais, proporcionando ambientes limpos, sejam públicos, sejam privados, com a garantia de saúde e bem-estar. Ao aderir ao projeto, é importante que a empresa forneça continuamente os produtos e serviços e treine seus funcionários para orientar os profissionais da instituição sobre a melhor utilização desses produtos.

As instituições sociais beneficiadas estão ligadas ao Programa Nossas Crianças da Fundação Abrinq. São 85 organizações não-governamentais localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, que atendem mais de 30 mil crianças e jovens de família de baixa renda. Essas instituições oferecem atendimento em educação infantil, educação complementar, cursos profissionalizantes, acompanhamento de adolescentes em liberdade assistida e atendimento de crianças e adolescentes moradores de rua e abrigos.

Contato

Programa Nossas Crianças

E-mail: pnc@fundabrinq.org.br

Site:

www.fundabrinq.org.br/nossascrianças

As empresas do setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo são responsáveis pela geração direta de 400 mil empregos e indireta de outro 1,2 milhão. Desenvolvem cerca de 206 projetos sociais na área educacional, cultural, esportiva, profissionalizante, ambiental, de suplementação de renda e suprimento alimentar, entre outras.

Em 2002 a Única (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo) fundou o Departamento de Ação Social (DAS), focado na responsabilidade social. Foram desenvolvidas ações para formatar, estruturar e dar visibilidade às diversas iniciativas implementadas pelas cem empresas associadas. A divulgação dessas ações visa proporcionar a interação do setor, multiplicando os projetos e os trabalhos realizados nas comunidades e sensibilizando outras empresas. O DAS também orienta os associados para o cumprimento das leis no que se refere à diversidade, pessoas com deficiência, mulheres e negros.

O Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) criou há três anos o Conselho Empresarial de Responsabilidade Social e oito Núcleos Regionais de Responsabilidade Social. Eles têm como objetivo conscientizar, motivar e

orientar as empresas para a prática continuada e crescente da responsabilidade social. O Circuito de Capacitação em Responsabilidade Social, em execução, prevê a realização de 48 eventos, seminários e workshops. O Projeto Troca Social promove a visita de executivos e empresários a empresas, para conhecer programas de responsabilidade social.

A Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) articula ações sociais com diferentes focos: apóia programas voltados para educação infantil, qualificação profissional de jovens, educação de adultos e esportes, entre outros. Essas ações destinam-se a promover a melhoria contínua do sistema de gestão social, visando o desenvolvimento das pessoas e da sociedade; garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável, com foco em treinamento e programas preventivos; coibir o trabalho infantil e qualquer tipo de trabalho forçado, estimulando em seus fornecedores o mesmo procedimento; e rejeitar qualquer forma de discriminação na administração de recursos humanos. Entre os projetos implementados pela Fiep estão o Programa Esporte Solidário, os Programas de Qualidade de Vida, o Programa de Educação de Adultos e o apoio ao Ação Global.

Contato

Única – União da Agroindústria Canavieira
 Maria Luiza Barbosa (Consultora da Presidência)
 E-mail: edu@unica.com.br
 Site: www.unica.com.br

Contato

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
 Isabela Rosado Nunes (Coordenadora do Núcleo Social)
 E-mail: inunes@firjan.org.br
 Site: www.firjan.org.br

Contato

Fiep – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
 Silvana Poletto (Diretora do Sesi/PR e do Senai/PR)
 E-mail: spoletto@sesipr.com.br
 Site: www.fiepr.com.br

Bancos de alimentos

Os bancos de alimentos recebem alimentos in natura e refeições como doações de empresas e os distribuem para entidades cadastradas. Além disso, educam, oferecem cursos e palestras sobre educação alimentar e garantem a qualidade dos alimentos recebidos e das refeições preparadas nas instituições parceiras.

O Departamento Nacional do Sesc (Serviço Social do Comércio) desenvolve o Programa Mesa Brasil, por meio do qual são recolhidos e redistribuídos alimentos excedentes próprios para o consumo. Atualmente, 280 toneladas de alimentos são arrecadadas por mês e entregues às instituições para complementar a alimentação das pessoas assistidas. Em setembro de 2003 mais de 74 mil pessoas foram beneficiadas pelo programa. Em todo o Brasil já são 554 empresas doadoras de alimentos ou serviços e 670 entidades atendidas.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) firmou, em 2003, parceria com a ONG Banco de Alimentos (www.bancodealimentos.org.br) para divulgar o trabalho da organização às indústrias associadas e incentivar sua participação no combate à fome. Criada em 1999, a entidade já havia arrecadado até

abril de 2003 mais de 950 toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 12 mil pessoas por mês em quarenta instituições beneficentes cadastradas.

No Rio Grande do Sul, o Banco de Alimentos surgiu por iniciativa da Fiergs (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), em parceria com o Sesi/RS, o Sindigraf/RS (Sindicato da Indústria Gráfica do Rio Grande do Sul) e a Associação Gaúcha de Supermercados. A instituição é responsável pela arrecadação, pelo gerenciamento, pelo controle de qualidade e pela distribuição das doações. O trabalho é realizado por nutricionistas voluntários, que analisam as instituições sociais cadastradas e redirecionam os alimentos de acordo com as necessidades de cada uma, evitando desperdícios ou má utilização.

Criado em 2001, o Banco de Alimentos gaúcho beneficia 13 mil pessoas por dia e abastece as entidades assistenciais com 20 toneladas de alimentos não-perecíveis por semana. A meta é distribuir 600 toneladas por mês. O transporte é feito através de uma frota de veículos adequados cedidos por empresas transportadoras associadas ao Setcergs (Sindicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado do Rio Grande do Sul).

Contato

Sesc – Serviço Social do Comércio
Fernando Dysarz (Diretor)
E-mail: mesabrasil@sesc.com.br
Site: www.mesabrasil.sesc.com.br

Contato

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Anne Louette (Coordenadora do Núcleo Social)
E-mail: alouette@fiesp.org.br
Site: www.fiesp.org.br

Contato

Fiergs – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
Paulo Renê Bernhard (Presidente)
E-mail: prene@fiergs.org.br
Site: www.bancodealimentosrs.org.br

Coleta seletiva e geração de renda

A Fecomércio/SP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo), que representa cerca de 500 mil empresas dos setores de comércio e serviço no Estado de São Paulo, lançou a campanha Ação Recicla Comércio visando contribuir para a gestão eficiente do lixo na capital.

Em 2000, segundo Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, 68,5% dos resíduos gerados em municípios brasileiros com até 20 mil habitantes eram descarregados em lixões e alagados, contribuindo para a proliferação de doenças e sérios problemas ambientais.

O objetivo da iniciativa é conscientizar e estimular os micro, pequenos e médios comerciantes a realizar a coleta seletiva. A campanha foi criada pelo Conselho de Assuntos Comunitários da Fecomércio/SP, em parceria com Sesc/SP, Senac/SP, Prefeitura Municipal de São Paulo e Pólis — Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

A campanha abrange a elaboração e distribuição de 20 mil cartilhas informativas sobre coleta seletiva, voltadas especificamente para o comerciante. Dessa maneira, a Federação passa a apoiar a prefeitura de São Paulo nos projetos de reciclagem desenvolvidos para a criação de mecanismos de separação do lixo que promovam a

inclusão social e o benefício do meio ambiente.

A distribuição das cartilhas será feita por meio dos setenta sindicatos filiados à Fecomércio/SP na capital paulista e também pelas subprefeituras, que são ligadas às Centrais de Triagem (CTs) instituídas pela prefeitura para separar o lixo seco e enviar para a reciclagem. O trabalho nessas centrais é realizado por cooperativas de catadores e funciona como alternativa de geração de renda para essa população.

Para aumentar a coleta seletiva e dar mais conforto aos cidadãos que queiram separar seu lixo para reciclagem, a prefeitura de São Paulo instalará até o fim deste ano 5 mil contêineres na cidade para recebimento dos resíduos secos (plásticos, metais, papel/papelão e vidro). Com o Projeto Ação Recicla Comércio, os comerciantes poderão solicitar a instalação de um desses contêineres em local próximo ao seu estabelecimento.

Atualmente, após a inauguração de cinco Centrais de Triagem na capital (serão catorze entregues até dezembro e 31 até o fim de 2004), o total de resíduo reciclável coletado saltou de 300 kg/dia para 3.200 kg/dia. Esse número, porém, ainda está abaixo da meta, que é reciclar, até 2004, 10% das cerca de 12 mil toneladas de lixo coletadas diariamente em São Paulo.

Contato

Fecomércio/SP – Federação do
Comércio do Estado de São Paulo
Janáina Mesquita Lourenço
(Assessora)

E-mail:

jmlourenco@fecomerciosp.org.br

Site: www.fecomerciosp.org.br

Educação alimentar

Entre as famílias de baixa renda, há duas formas de suprir o direito humano à alimentação saudável. Uma delas é fornecendo alimentos prontos a preços condizentes com sua situação econômico-financeira. A outra é educando.

O Programa Alimente-se Bem com R\$ 1,00, criado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1999, em parceria com o Sesi (Serviço Social da Indústria), visa beneficiar trabalhadores, famílias e entidades assistenciais por meio de cursos que ensinam técnicas para preparar as três principais refeições do dia com um custo de R\$ 1 por pessoa. Ministrado gratuitamente, o programa orienta trabalhadores e familiares no preparo de refeições com qualidade e alto valor nutricional. O curso foi elaborado a partir do trabalho de nutricionistas do Sesi/SP, que pesquisaram preços de alimentos e desenvolveram receitas, feitas principalmente com cascas, talos, folhas e ramos.

As receitas são apresentadas em aulas práticas de culinária que enfatizam o aproveitamento integral dos alimentos, o planejamento de compras, o armazenamento e a higienização corretos. Os cursos são oferecidos para donas-de-casa e para pessoas ligadas à área de alimentação, merendeiras e multiplicadores do programa. Com base nesses ensinamentos, foram implantados Restaurantes Educativos, onde são servidos almoços com preparações do programa, ao preço de R\$ 2 a refeição, com o intuito de despertar o interesse e criar novos hábitos alimentares. O programa atende 32 unidades em 29 municípios paulistas e serve, em média, quinhentas refeições por dia em cada unidade. O Sesi/SP também possui unidades móveis, chamadas Cozinhas Didáticas, que facilitam o acesso de funcionários de empresas e da comunidade em geral aos conhecimentos do programa.

O Senai/DF (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Diretoria do Distrito Federal) desenvolve, desde 1998, programas de alimentação do trabalhador, merenda escolar, educação para consumo e educação alimentar. Em Roraima, a regional do Sesi participa do PAS (Programa Alimentos Seguros), visando assessorar as empresas na implantação de refeitórios e cozinhas industriais, para fornecimento de alimentação ao trabalhador. No Espírito Santo, o Sesi local realiza palestras de educação alimentar, distribuição de folders de reeducação alimentar e cursos em comunidades de baixa renda e entidades sociais.

O projeto TransFORMAR, do Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), editou uma cartilha de educação alimentar com 40 mil exemplares, com receitas para reaproveitamento de alimentos. Também realizou oficinas de culinária alternativa para 6.400 pessoas da terceira idade, alunos do curso de alfabetização e seus familiares. E capacitou quinhentos professores e 27 supervisores para ações de educação alimentar.

O Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), instituição vinculada à CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), atua com uma rede terceirizada de 4 mil instrutores e mais de 2 mil mobilizadores, por intermédio das diretorias regionais. Entre outras ações, a entidade realiza cursos de educação alimentar para comunidades rurais que abordam noções básicas de nutrição; higiene e conservação dos alimentos; alimentação materno-infantil; planejamento e aproveitamento de alimentos; e produção caseira de alimentos. O Senar/MG, por exemplo, já desenvolveu cursos para 620 turmas, abrangendo 7.395 donas-de-casa, produtores e trabalhadores rurais e 560 cantineiras e merendeiras.

Contato

Fiesp – Núcleo de Ação Social
Anne Louette (Coordenadora)
E-mail: alouette@fiesp.org.br
Site: www.fiesp.org.br

Contato

Sesi – Serviço Social da Indústria
Tereza Toshiko Watanabe (Diretoria de Alimentos)
E-mail: twatanabe@sesisp.org.br
Site: www.sesi.org.br

Contato

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Isabella Rosado Nunes (Coordenadora do Núcleo Social)
E-mail: inunes@firjan.org.br
Site: www.firjan.org.br

Contato

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Geraldo Gontijo Ribeiro (Secretário-Executivo)
E-mail: gabinete@senar.org.br
Site: www.senar.org.br

Erradicação da prostituição infantil

O Programa de Erradicação da Exploração Sexual Infantil, parceria entre o governo federal, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o Fórum Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, tem como meta eliminar o que a Convenção 182/1999 da OIT definiu como uma das piores formas de trabalho infantil. As ações já previstas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, ao lado de outras iniciativas do governo — com o Programa Fome Zero como carro-chefe —, visam à criação de forte rede de proteção, capaz de reduzir as desigualdades e estender cidadania a todos, gerando o bem-estar de crianças e adolescentes.

Uma campanha lançada no âmbito desse programa pretende afixar 500 mil cartazes nos pontos-de-venda de bebidas da Ambev em todo o Brasil. Os cartazes condenam a exploração sexual infantil e orientam a comunicação de ocorrências por meio de um disque-denúncia: 0800-990500.

A iniciativa integra diferentes setores da sociedade, representados por diversas entidades e empresas: a Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel) cedeu o papel, a Confenar disponibilizou seu sistema de logística da distribuição e a Abigraf (Associação Brasileira da Indústria Gráfica) imprimiu os cartazes e divulgou as orientações sobre o programa e o disque-denúncia para as 15 mil indústrias que compõem o setor gráfico, por meio dos veículos de comunicação da entidade.

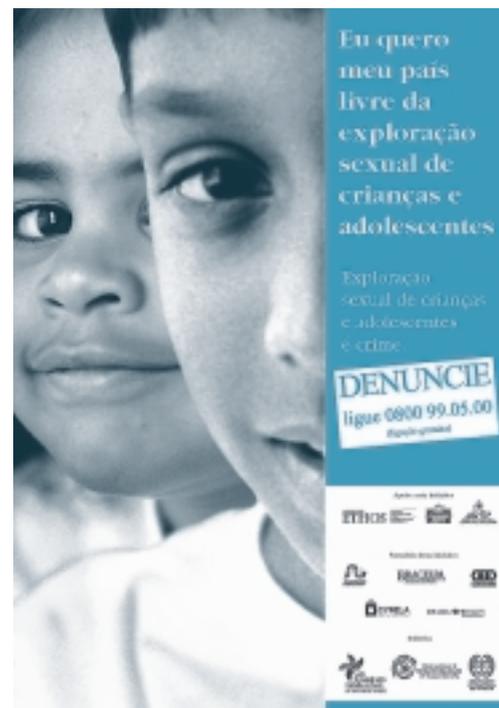
A Confenar (Confederação Nacional das Revendas Ambev e das Empresas de Logística da Distribuição) participa do programa sensibilizando, por meio de 50 mil folders e de cartilhas explicativas, sua rede de quatrocentas revendas para que atuem como agentes multiplicadores, incentivando a veiculação dos cartazes em mais de 1 milhão de pontos-de-venda atendidos pela confederação. A frota consegue chegar a locais distantes e atinge estabelecimentos como bares e boates. O vendedor, além de negociar com os proprietários a venda e reposição de estoques de bebida, faz um trabalho de esclarecimento sobre os males da exploração sexual infantil, convencendo-os a fixar os cartazes em seu estabelecimento.

Contato

Confenar – Confederação Nacional das Revendas Ambev e das Empresas de Logística da Distribuição
Nino Anele (Gerente-Geral)
E-mail: nino@confenar.com.br
Site: www.confenar.com.br

Contato

Abigraf – Associação Brasileira da Indústria Gráfica
Luzia Zocchio (Assessora de Imprensa)
E-mail: lu.zocchio@viveiros.com.br
Site: www.abigraf.org.br



Erradicação do trabalho infantil

A erradicação do trabalho infantil é cada vez mais reconhecida pelas entidades empresariais como imprescindível para o fortalecimento dos setores em que atuam. Nesse sentido, o respeito à infância tem sido o principal fundamento que rege uma série de ações de responsabilidade social.

A Abecitrus (Associação Brasileira de Exportadores de Sucos Cítricos) e o Fundecitrus (Fundo Paulista de Defesa da Citricultura), em conjunto com fabricantes do setor, firmaram em 1996 o compromisso de não comprar de produtores que utilizassem crianças na colheita da laranja, naquele que ficou conhecido como o “Pacto de Araraquara”. Cientes de que o setor citrícola foi identificado como um dos setores de risco para o trabalho infantil, as entidades assumiram a responsabilidade de erradicar essa prática no conjunto da cadeia produtiva.

Em parceria com as prefeituras de Araraquara e Itápolis, o Fundecitrus já construiu e equipou dois Centros de Educação Complementar (CECs), que atendem 640 estudantes de 7 a 14 anos. Os centros oferecem ensino de qualidade e assistência integral, com oficinas multidisciplinares e ações complementares à escola. Os CECs funcionam o ano inteiro, inclusive durante as férias, e a única exigência para participar deles é estar matriculado na escola pública. Além disso, a Abecitrus articula outros projetos do setor citrícola, como o Projeto Somar, que oferece educação complementar para

crianças de 7 a 14 anos, e cursos de capacitação para professores e reforço escolar para alunos do ensino fundamental.

Criado pelo Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca, pela Associação do Comércio e Indústria de Franca e pela Delegacia Regional Fiesp/Ciesp, o Instituto Pró-Criança desenvolve ações para a erradicação do trabalho infantil na indústria de calçados. Com o apoio da Fundação Abrinq, o instituto viabiliza e apóia projetos que tenham por objetivo promover a educação, o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente e seu preparo para o exercício da cidadania.

O Instituto Pró-Criança tornou-se uma franquia social no setor calçadista brasileiro, com o programa nacional da Abicalçados (Associação Brasileira da Indústria de Calçados). Em 1996 lançou o Programa de Prevenção do Trabalho Infantil no Setor Calçadista e o “Pró-Criança”, primeiro selo de produto do Brasil com a missão de identificar os calçados que no processo de manufatura não utilizaram trabalho infantil. Em 1998 o Unicef manifestou oficialmente seu apoio ao programa, ratificando a credibilidade conquistada entre os órgãos nacionais e internacionais de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Atualmente, além do programa e do selo, o instituto oferece bolsas de estudos para crianças e adolescentes que frequentarem cursos de artes e esportes e promove cursos profissionalizantes de mecânica e informática para jovens.

Contato

Abecitrus – Associação Brasileira de Exportadores de Sucos Cítricos
Ademerval Garcia (Presidente)
E-mail: abecitrus@abecitrus.com.br
Site: www.abecitrus.com.br

Contato

Abicalçados – Associação Brasileira da Indústria de Calçados
Heitor Klein (Assessor da Presidência)
E-mail: heitor@abicalcados.com.br
Site: www.abicalcados.com.br

O Telecurso 2000 é um método de ensino supletivo desenvolvido pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em parceria com o Sesi (Serviço Nacional da Indústria), o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e a Fundação Roberto Marinho, que possibilita a conclusão do ensino fundamental, médio ou profissionalizante àqueles maiores de 15 anos que não finalizaram os cursos regulares.

Utilizando-se de conteúdos programáticos contextualizados e relacionados a questões cotidianas, o Telecurso 2000 propicia a jovens e adultos a elevação do grau de escolaridade aliada à preparação para o mercado de trabalho por meio da televisão, de fitas de vídeo e de material impresso. Inicialmente voltado para o trabalhador da indústria, o programa foi apropriado pela sociedade brasileira e implementado por empresas, instituições, Secretarias de Educação e ONGs, entre outras.

O acompanhamento pelos alunos é feito de duas formas: assistindo às aulas por um canal aberto de televisão ou em uma telessala. A recepção organizada, como é denominada, acontece com o patrocínio de uma empresa ou instituição. Nesse caso, o aluno assistirá às aulas com outros estudantes e terá a supervisão de um orientador de aprendizagem. Além disso, as

sessões presenciais possibilitam o acompanhamento dos alunos nos exercícios em livros e a realização de trabalhos e debates em grupo. O material didático do curso pode ser adquirido na maior parte das livrarias de qualquer cidade do país.

O curso prepara o aluno para prestar os exames supletivos oferecidos pelas Secretarias Estaduais de Educação e instituições credenciadas. Por meio desses exames o aluno pode receber os certificados de 1º e de 2º grau. Para obter o certificado dos cursos profissionalizantes, o aluno deve procurar o Senai de sua cidade e informar-se sobre as exigências necessárias à realização dos exames. O Telecurso 2000, criado em 1995, já viabilizou mais de 8 mil turmas simultâneas em todos os Estados do país. O IBGE classifica como analfabeto funcional a pessoa com menos de quatro anos de estudo. No Brasil a taxa de analfabetismo funcional é de 32%. Na Bahia, 51,7% da população de 15 anos ou mais de idade é analfabeta funcional.

A Fieb (Federação das Indústrias do Estado da Bahia), além de atuar como multiplicadora do Telecurso 2000 para 1º e 2º grau, mantém seu Programa de Educação do Trabalhador, que já atendeu mais de 10 mil alunos em cursos de suplência da alfabetização até a 4ª série do ensino fundamental e um curso de atualização de conhecimentos.

Contato

Fiesp – Federação das Indústrias de São Paulo
Fernando Carvalho (Coordenador do Telecurso 2000)
E-mail: fsouza@fiesp.org.br
Site: www.fiesp.com.br

Contato

Fieb – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
Solange Novis (Coordenadora do Programa de Educação do Trabalhador)
E-mail: solangen@fieb.org.br
Site: www.fieb.org.br

Estímulo ao voluntariado

O Voluntariado Empresarial organiza a disposição para o trabalho voluntário dentro da empresa, envolvendo os que nela trabalham ou estão em seu campo de atuação. O Programa Voluntários das Gerais, desenvolvido pelo Sistema Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais), tem incentivado funcionários das empresas associadas a se engajar em ações sociais.

Em parceria com o Banco Mundial, a Fiemg realiza cursos de treinamento para executivos, difundindo os mecanismos do voluntariado e colocando à disposição das empresas as ações já definidas pelo grupo precursor do Sistema Fiemg. A entidade também oferece programa de assessoria de pré-planejamento empresarial para ingresso no grupo de empresas voluntárias e consultoria em organização e gestão de programas de voluntariado.

O objetivo do incentivo permanente é gerar ações nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, em benefício das comunidades nas quais as empresas estão

inseridas. A proposta é fornecer ferramentas para a ação social voluntária dos profissionais que pretendam disponibilizar talentos em prol das comunidades.

Para tanto, o programa ajuda a organizar a disposição para trabalhos voluntários com os funcionários, oferecendo instrumentos de capacitação gerencial aos que desejam implantar programas de voluntariado corporativo. A intenção da entidade é envolver, além dos colaboradores, da direção e dos acionistas, seus familiares, aposentados que trabalharam na empresa, fornecedores, clientes, parceiros e todos aqueles que têm alguma ligação com a companhia.

O crescimento do Programa Minas Voluntário tem impulsionado o desenvolvimento de outros projetos e ações: o Dia “V”, realizado pela Fiemg no primeiro domingo de dezembro, em 2002 contou com 22 mil voluntários — quase 10 mil a mais que no ano anterior — e 306 mil participantes, quase três vezes mais que em 2001.

Contato

Fiemg – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fernanda Cotta Santos (Gerente do Conselho de Cidadania)
E-mail: fecotta@fiemg.com.br
Site: www.fiemg.com.br

O Programa Ampliar de Educação e Formação Profissional foi instituído, a partir de 1990, por iniciativa do Secovi/SP (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo). Após uma fase inicial em que funcionou como um programa do sindicato, o Ampliar foi transformado em uma sociedade civil sem fins lucrativos. Destinado a jovens de baixa renda, visa construir um plano de desenvolvimento pessoal e profissional, dar embasamento teórico e prático sobre tecnologias do mercado de trabalho, estimular a capacidade de expressão e comunicação e complementar o ensino fundamental e médio.

O programa tem o apoio das lideranças comunitárias, que se organizam para maximizar os resultados, orientando e estimulando jovens e suas famílias. Mais de 8.300 jovens já foram atendidos e 60% deles inseridos no mercado formal de trabalho. Na Zona Sul de São Paulo são atendidos diariamente 144 alunos de 12 a 18 anos por dia, nos cursos de panificação e confeitaria, serigrafia, costura industrial e informática. A unidade implantada na região da Avenida Paulista é um centro de requalificação profissional, onde são ministrados cursos de operador de telemarketing e informática,

atendendo a 200 alunos por dia, formando 1.320 adolescentes por ano.

No Rio de Janeiro, o Programa Pequenos Empreendedores, implementado pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), proporciona cursos de rápida duração às comunidades locais, visando geração imediata de renda com baixo custo de investimento. O projeto abrange as áreas de culinária, estética, artesanato, serviços, hotelaria e turismo e gestão. O serviço está disponível nas unidades operacionais do Sesi/RJ.

O Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) estrutura suas ações de formação profissional rural em oito linhas: agricultura, pecuária, silvicultura, aqüicultura, extrativismo, agroindústria, atividades de apoio e prestação de serviços. Seus cursos atendem trabalhadores rurais e produtores em regime de economia familiar, tendo como resultado o aumento da produtividade e qualidade dos alimentos produzidos. Os cursos são efetivados por uma rede terceirizada de 4 mil instrutores e mais de 2 mil mobilizadores, coordenados pelas diretorias regionais do Senar. Na regional de Minas Gerais, os cursos de formação profissional já capacitaram 20.444 trabalhadores e pequenos produtores rurais.

Contato

Secovi/SP – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo
Lídia Nicolino (Gerente de Projetos)
E-mail: ampliar@secovi.com.br
Site: www.secovi.com.br

Contato

Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Isabella Rosado Nunes (Coordenadora do Núcleo Social)
E-mail: inunes@firjan.org.br
Site: www.firjan.org.br

Contato

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Geraldo Gontijo Ribeiro (Secretário-Executivo)
E-mail: gabinete@senar.org.br
Site: www.senar.org.br

Fortalecimento da produção de alimentos

O fortalecimento dos setores da economia que participam da produção, distribuição e comercialização de alimentos é fator relevante para a erradicação da fome no Brasil. As indústrias de derivados do trigo oferecem produtos de largo consumo popular, baixo preço (em função da escala de produção) e de alto valor nutritivo. A Abitriigo (Associação Brasileira da Indústria do Trigo) e a Abip (Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria) criaram o Propan (Programa de Apoio à Panificação), voltado para a maior integração entre moinhos, associações das indústrias de panificação e demais setores empresariais.

O programa estimula a geração de emprego e renda por meio de treinamento especializado, consultorias e cursos de atualização tecnológica e promove a qualificação de empresários e trabalhadores do setor. A meta estabelecida é capacitar 10 mil panificadoras em todo o país, ampliando o número de clientes e o percentual de lucratividade e favorecendo a manutenção de empregos e dos compromissos sociais. A iniciativa abrange vinte Estados da Federação e beneficia mil panificadoras.

O Curso de Formação de Multiplicadores do Propan treina pessoas para levar tecnologia até o panificador, resultando em melhores produtos e melhor

atendimento aos clientes. Consultores realizam previamente um diagnóstico das panificadoras integrantes do programa, e a partir dele são apresentadas soluções e sugestões.

O curso aborda tópicos relacionados à reorganização administrativa, gestão de pessoas, eliminação de desperdícios, gerenciamento da produção, padronização de processos, garantia de qualidade no atendimento e desenvolvimento de vendas. Após o treinamento, os multiplicadores estão capacitados para aplicar os conhecimentos adquiridos nas panificadoras durante um período de sete meses. A panificadora aprovada pelos consultores do Propan recebe um Certificado de Qualificação, com validade de um ano, que indica seu aproveitamento nos módulos de treinamento. Para dar uma nova visão das panificadoras frente ao público, são oferecidos certificados de qualidade, de acordo com o grau de otimização atingido.

As panificadoras com certificação de excelência podem receber de fornecedores de máquinas e equipamentos de panificação condições e preços especiais a pedido da Abip e da Abitriigo. As estatísticas constataam a elevação do faturamento e do número de empregados nas empresas do setor.

Contato

Abitriigo – Associação Brasileira da Indústria do Trigo
 Roland Guth (Presidente)
 E-mail: abitriigo@infolink.com.br
 Site: www.abitriigo.com.br

O fortalecimento do empreendedorismo feminino é particularmente importante por propiciar um duplo enfrentamento da desigualdade social: estimula a geração de emprego e renda nas comunidades pobres e promove a inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Em 1987 foi criado o Conselho da Mulher Executiva, ligado à Associação Comercial de Maceió, cujo objetivo era apoiar pequenas produtoras mediante concessão de empréstimos para estimular o crescimento econômico e sua transformação em pequenas empresárias. Dez anos depois, a diretoria do conselho optou por transformá-lo em um banco de microcrédito.

O nascimento das Oscip (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e a possibilidade de ampliação desse tipo de financiamento por meio de mudanças políticas ocorridas em 1999 levaram à criação da Amicred (Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado de Alagoas). A associação é uma organização não-governamental voltada para o desenvolvimento sustentável. A entidade implementa uma política estruturada no financiamento de microcrédito solidário

para populações de baixa renda da cidade de Maceió, buscando com seu apoio a melhoria da qualidade de vida de todos os atendidos.

Os principais objetivos da Amicred são a promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza, mediante o fomento dos pequenos negócios da atividade econômica formal e informal, e a experimentação não-lucrativa de sistemas alternativos de crédito, particularmente a concessão de microcrédito a empreendimentos privados do acesso ao crédito pelo sistema financeiro nacional. Recentemente, a associação firmou uma parceria com o Estado de Alagoas para a instituição de microcrédito entre as 2.400 famílias cadastradas pelo Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

A Amicred tem como objetivo fortalecer a economia alagoana incentivando as micro e pequenas empresas, responsáveis pelas ofertas de emprego da região, a investir na economia local. A Associação Comercial de Maceió cede espaço físico e fornece apoio logístico à Amicred. Outros parceiros do programa são a Ufal (Universidade Federal de Alagoas) e o Sebrae/AL (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — Alagoas).

Contato

Associação Comercial de Maceió
 Maria da Conceição Peixoto
 Gonçalves (Assessora da Presidência)
 E-mail: mariapeixoto@ig.com.br ou
 acmaceio@uol.com.br
 Tulio Florêncio Cesar (Assessor
 Jurídico)
 E-mail: tulioflorencio@bol.com.br.
 Site: www.federalagoas.org.br

Incentivo ao primeiro emprego

O Programa Primeiro Emprego visa incentivar empresas a contratar e qualificar jovens profissionais. A exigência de experiência prévia e qualificação profissional constitui o maior obstáculo para a inserção dos jovens no mercado de trabalho e no universo da cidadania.

O Movimento Degrau, iniciativa conjunta da Fapesp (Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo), da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) e da Rebraf (Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas), criou o Programa Convivência e Aprendizado no Trabalho para incentivar os empresários a promover a inclusão de aprendizes entre 14 e 18 anos pertencentes a famílias de baixa renda.

Os objetivos do programa são ampliar as perspectivas da juventude e atender não apenas os jovens que necessitam complementar a renda familiar, mas também os que desejam conhecer e frequentar a escola do trabalho e aprender uma profissão. Ele conta com a parceria do Sescon/SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, de

Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas), da ABRH (Associação Brasileira de Profissionais de Recursos Humanos) e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Outra ação de incentivo ao primeiro emprego é o Programa Amigo do Seguro, articulado pelo Sincor/PE (Sindicato dos Corretores de Seguros e Empresas Corretoras de Seguros de Pernambuco) e desenvolvido pelo Núcleo Regional de Pernambuco da Funenseg (Fundação Escola Nacional de Seguros).

O Amigo do Seguro qualifica profissionalmente jovens de baixa renda entre 16 e 20 anos que estejam cursando o ensino médio em escolas públicas. O programa é uma parceria com o CIEE (Centro de Integração Escola-Empresa) e conta com a participação das empresas do mercado de seguros. Após a conclusão do curso, o CIEE encaminha os jovens profissionais para programas de estágio remunerado nessas empresas. O estágio é acompanhado por profissionais do CIEE e da Funenseg, e após sua conclusão as empresas podem optar pela contratação do jovem profissional.

Contato

Fapesp – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
Domingos Zamagna (Assessor de Imprensa)
E-mail: domingoszamagna.degrau@acesp.com.br
Site: www.facesp.com.br/www.degrau.org.br

Contato

Sincor/PE – Sindicato dos Corretores de Seguros e Empresas Corretoras de Seguros de Pernambuco
Carlos Alberto Valle (Presidente)
E-mail: diretoria@sincorpe.org.br
Site: www.sincorpe.org.br

Garantir o acesso à água é valorizá-la como um direito essencial da vida e da cidadania. Esse é objetivo do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que busca garantir a 1 milhão de famílias rurais de baixa renda a superação, em cinco anos, de suas necessidades de água potável.

Fruto de parceria entre a ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro), a Febraban (Federação Brasileira das Associações de Bancos), o governo federal, empresas e entidades internacionais, o programa destina-se a contribuir com o processo de transformação social visando à preservação, ao acesso e à valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania.

As cisternas são sistemas de captação e armazenamento de água da chuva que, integrados a um processo educativo, proporcionam o gerenciamento do uso da água. A área de abrangência do programa

compreende os municípios do Semi-Árido e uma população rural de 8,3 milhões de habitantes.

A Febraban está financiando a construção de 10 mil cisternas. A entidade atuará em toda a região do Semi-Árido, compreendida pelo interior do Nordeste, Vale do Jequitinhonha e norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Ao todo, serão beneficiadas cerca de 50 mil pessoas.

Além da construção dos reservatórios de água, a Febraban participa das atividades de estruturação do projeto, fornecendo apoio financeiro e logístico para a capacitação das famílias beneficiadas, orientando-as para realizar o tratamento da água captada. A entidade também mobilizará os bancos, catalisando suas ações, envolvendo clientes, usuários, funcionários e fornecedores para ampliar o alcance do projeto, recolhendo fundos para financiar mais cisternas.

Contato

Febraban – Federação Brasileira das Associações de Bancos
Regina Benencase (Assessora da Comissão de Responsabilidade Social)
E-mail: benencase@febraban.org.br
Site: www.febraban.org.br

Mobilização de associados

Uma empresa socialmente responsável incorpora valores éticos ao processo de decisões nos negócios, gerenciando seus impactos econômicos, sociais e ambientais para assegurar uma economia sustentável. Além disso, realiza programas sociais para melhorar a qualidade de vida de sua comunidade de entorno. Para acompanhar o desenvolvimento e a atuação de suas filiadas, as associações empresariais criaram departamentos especializados em assuntos de responsabilidade social empresarial.

O NAS — Núcleo de Ação Social é o órgão interno da Fiesp/Ciesp (Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) que visa propor, desenvolver e implementar ações que incentivem a aplicação da responsabilidade social pelas empresas associadas. Entre os projetos coordenados pela área estão a temática da diversidade no local de trabalho, com seminários para eliminar preconceitos e preparar as pessoas para terem a seu lado, no dia-a-dia, colegas portadores de deficiência, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e o apoio à formação de um Voluntariado Corporativo com o intuito de sensibilizar funcionários para a prática da solidariedade.

O NAS também oferece parcerias e apoio institucional e operacional para iniciativas externas. Essa postura socialmente responsável rendeu-lhe os selos “Empresa Amiga da Criança”, da Fundação Abrinq pelos Direitos da

Criança e do Adolescente, e “Empresa Cidadã”, uma homenagem da Câmara Municipal de São Paulo. A entidade apóia uma série extensa de seminários intitulada Responsabilidade Social nas Empresas e recebe assessoria técnica do Sesi/SP e do Senai/SP, dentro de suas respectivas finalidades sociais.

Os Conselhos de Cidadania Empresarial da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) e da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) visam estimular o desenvolvimento da responsabilidade social nas empresas associadas, criar projetos de mobilização e incrementar ações empresariais nas áreas de responsabilidade social e cidadania. Ao incentivar a implantação de um Código de Ética, a adoção dos Indicadores Sociais Ethos, a contribuição para o Fundo para a Infância e Adolescência, entre outros projetos de investimento social, os Conselhos estimulam a cidadania corporativa.

A Rede de Geração de Trabalho e Renda, também implementada pela Fiemg, disponibiliza um conjunto de recursos fundadores de empreendimento, destinado a micro e pequeno empresários, que tem como base três premissas: treinamento (Programa Treinaminas), alocação de recursos para microcrédito (Programa Microminas) e aconselhamento empresarial (Programa Líder Solidário Empresarial).

Contato

Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Anne Louette (Coordenadora do Núcleo de Ação Social)
E-mail: alouette@fiesp.org.br
Site: www.fiesp.org.br

Contato

Fiemg — Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
Fernanda Cotta Santos (Gerente do Conselho de Cidadania)
E-mail: fecotta@fiemg.com.br
Site: www.fiemg.com.br

Outras Ações



Bolsa de Ações Sociais

A CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), por meio do Programa Bolsa de Ações Sociais, busca mobilizar 2 milhões de empresários para investir em projetos sociais. Em seu primeiro ano de atuação, o programa angariou R\$ 20 milhões, investidos em atividades como ensino profissionalizante,

assistência à infância e à juventude, atendimento a crianças em situação de risco e projetos esportivos para jovens. A escolha dos projetos é realizada em parceria com a FGV (Fundação Getulio Vargas), que desenvolveu indicadores para avaliar as necessidades das comunidades e os benefícios gerados pelos projetos.

Certificação como Parceira Fome Zero

A Abras (Associação Brasileira de Supermercados) foi certificada como entidade parceira do Programa Fome Zero por promover, entre outras ações, a capacitação de seus 70 mil associados para

recolher alimentos para o programa em caixas coletoras. Ao desenvolver projetos sociais de combate à fome, as entidades empresariais podem também solicitar sua certificação.

Combate à Violência

Visando combater a violência no Estado do Rio de Janeiro, a Fenaseg (Federação Nacional de Empresas de Seguros Privados e de Capitalização), em parceria com a Fecomércio/RJ (Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro), o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e o Viva Rio,

desenvolveu um projeto de atendimento a jovens de baixa renda entre 14 e 24 anos. O objetivo é evitar o ingresso desses jovens na marginalidade e no crime e cooperar com sua inclusão social. O projeto proporciona atendimento e acompanhamento integral, incluindo alimentação.

Divulgação do Programa Fome Zero

A Amcham (Câmara do Comércio Americano), que reúne cerca de 5.800 empresas, estabeleceu como prioridade a divulgação e o esclarecimento das ações e resultados do Programa Fome Zero em todos os seus veículos de comunicação e entre seus associados.

Já foram realizadas diversas atividades, como palestras com os responsáveis pelo programa, seminários, apoio a eventos relacionados com o tema e publicação de matérias variadas na revista e no informativo eletrônico da entidade.

Doação de produtos e serviços

A ABPO (Associação Brasileira do Papelão Ondulado) destinou 1 milhão de embalagens de papelão ondulado ao Programa Fome Zero. A doação de caixas

de vários tamanhos para acondicionar diversos produtos contribui para a logística de distribuição de alimentos em todo o território nacional.

Maçãs na merenda escolar

A ABPM (Associação Brasileira dos Produtores de Maçã) congrega 37 produtores do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, responsáveis por 80% da produção nacional da fruta. Em parceria com as prefeituras e visando cooperar com a erradicação da fome no

país, a associação doa maçãs para complementar a merenda escolar dos alunos de escolas localizadas nas regiões de atuação das empresas. A ABMP também oferece bolsas de estudos a seus funcionários em função da frequência e do aproveitamento escolar.

Projetos de educação e oficinas

A Fecomércio/MG (Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais) realiza oficinas gratuitas semiprofissionalizantes como a Girapraça e o Caminhão Multiuso, gerando emprego e renda em comunidades do Estado.

Também desenvolve os projetos Educação Além dos Muros e Jovens Leitores, visando revitalizar o ensino escolar, estimular o aprendizado e favorecer o crescimento pessoal e profissional de crianças e adolescentes.

Selo e certificação

A Associação Comercial do Paraná (ACP) atua entre as empresas, associadas ou não, por meio do Casem (Conselho de Ação Social Empresarial) desde 2000. O Casem é composto de quinze membros e desenvolve ações sociais com entidades, públicas e privadas. Ligado diretamente à

diretoria da ACP, o conselho certifica empresas com projetos sociais voltados ao público interno e externo. Também fornece o selo de Empresa Socialmente Responsável a empresas certificadas. Entre 2000 e 2001, dezessete empresas receberam a certificação.

Site de cadastro de projetos sociais

Em julho de 2002, a Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Alemanha levou ao ar o site Eixos (www.eixos.org.br), estimulando a interação entre empresas dispostas a investir em responsabilidade social, institutos de ensino e organizações sociais não-governamentais. O site possibilita

maior visibilidade para as entidades e projetos comunitários e reconhecimento para as empresas que investem em ação social, além de funcionar como um importante disseminador de propostas sociais e oportunidades de captação de recursos financeiros e colaboradores para as organizações interessadas.

Restaurantes populares

Para combater a fome nas regiões metropolitanas e garantir uma alimentação saudável a um preço acessível, o Sesi (Serviço Social da Indústria) do Ceará, o de Pernambuco e o do Paraná

desenvolveram os restaurantes populares Mesa do Povo. Eles atendem trabalhadores de baixa renda, fornecendo diariamente refeições ao preço de R\$ 1.

Valorização das pequenas empresas

O Projeto Entrando em Cena, criado pela Assintecal (Associação Brasileira de Empresas e Componentes para Couro, Calçados e Artefatos), em parceria com a Asmevale (Associação de Micro Empresas do Vale dos Sinos), tem como objetivo desenvolver as competências das micro e pequenas empresas de componentes, para que obtenham a internacionalização,

promovendo crescimento e geração de empregos. A Assintecal também realiza, em parceria com o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a feira Mix by Brasil, visando valorizar o produto artesanal nacional e aproximar artesãos, designers, empresários e lojistas para inovar a produção do setor com o uso de componentes nacionais em calçados e artefatos.

Agradecemos às seguintes entidades, que desenvolvem ações de âmbito social e colaboraram com subsídios e informações para esta publicação:

- Abecafé** – Associação Brasileira dos Exportadores de Café
Abecitrus – Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos
Abia – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação
Abic – Associação Brasileira da Indústria de Café
Abicalçados – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
Abigraf – Associação Brasileira da Indústria Gráfica
Abimilho – Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho
Abip – Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria
Abit – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
Abitrigo – Associação Brasileira da Indústria do Trigo
ABPM – Associação Brasileira de Produtores de Maçãs
ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado
Abralimp – Associação Brasileira do Mercado Institucional de Limpeza
Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
Abras – Associação Brasileira de Supermercados
Abrasel – Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento
Abrava – Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento
Abre – Associação Brasileira de Embalagem
Abresi – Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo
Acil – Associação Comercial e Industrial de Londrina
ACI/NH – Associação Comercial e Industrial de Novo Hamburgo
ACI'S – Associação Comercial de Maceió
ACM/MA – Associação Comercial do Maranhão
ACP – Associação Comercial do Paraná
ACPA – Associação Comercial do Pará
ACSP – Associação Comercial de São Paulo
Agas – Associação Gaúcha de Supermercados
AHK/Brasil – Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Alemanha
Amcham/SP – Câmara Americana de Comércio de São Paulo
Andima – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto
Anec – Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
ANJ – Associação Nacional de Jornais
Asmevale – Associação de Micro Empresas do Vale dos Sinos
Assintecal – Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos
Bracelpa – Associação Brasileira de Celulose e Papel
CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
Ciesp – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNT – Confederação Nacional do Transporte
Confenar – Confederação Nacional das Revendas Ambev e das Empresas de Logística da Distribuição
Faceb – Federação das Associações Comerciais do Estado da Bahia
Facerj – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Rio de Janeiro
Facesp – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo
Faesp – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
Febraban – Federação Brasileira das Associações de Bancos
Febrafarma – Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica
Fecomércio/ES – Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo
Fecomércio/MG – Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais
Fecomércio/RJ – Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
Fecomércio/SP – Federação do Comércio do Estado de São Paulo
Federasul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul

- Fenac** – Federação Nacional de Cultura
- Fenaseg** – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização
- Fieac** – Federação das Indústrias do Estado do Acre
- Fieb** – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
- Fiec** – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
- Fieg** – Federação das Indústrias de Goiás
- Fiemg** – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
- Fiems** – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul
- Fiepe** – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
- Fiep** – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
- Fiergs** – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- Fies** – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
- Fiesc** – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- Fiesp** – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- Findes** – Federação das Indústrias do Espírito Santo
- Firjan** – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
- FNE** – Federação Nacional dos Engenheiros
- IBP** – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás
- Ibraf** – Instituto Brasileiro de Frutas
- Ibram** – Instituto Brasileiro de Mineração
- Seconci** – Serviço Social da Indústria da Construção
- Secovi/SP** – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Comerciais e Residenciais de São Paulo
- Senac/DF** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal
- Senac/MG** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais
- Senac/PB** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial da Paraíba
- Senac/RJ** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio de Janeiro
- Senai** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- Senar** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
- Senar/MG** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais
- Sesc** – Serviço Social do Comércio Nacional/Departamento Nacional
- Sesc/CE** – Serviço Social do Comércio do Ceará
- Sesc/MG** – Serviço Social do Comércio de Minas Gerais
- Sesc/PE** – Serviço Social do Comércio de Pernambuco
- Sesi** – Serviço Social da Indústria
- Sesi/CE** – Serviço Social da Indústria do Ceará
- Sesi/PE** – Serviço Social da Indústria de Pernambuco
- Sesi/PR** – Serviço Social da Indústria do Paraná
- Sesi/RS** – Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul
- Setcergs** – Sindicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado do Rio Grande do Sul
- Sincor/ES** – Sindicato dos Corretores de Seguros e de Empresas Corretoras de Seguros, no Estado do Espírito Santo
- Sincor/PE** – Sindicato dos Corretores de Seguros e Empresas Corretoras de Seguros de Pernambuco
- Sindaçúcar** – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool, no Estado de Pernambuco
- Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Mato Grosso do Sul
- Sindicato da Indústria de Calçados de Franca
- Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Porto Alegre
- Sindigraf/RS** – Sindicato da Indústria Gráfica do Rio Grande do Sul
- Sindisesc** – Sindicato das Seguradoras de Santa Catarina
- Sinduscon/MG** – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais
- Sinduscon/PE** – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Pernambuco
- Sinduscon/Rio** – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro
- Única** – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo

Referências na Internet

Programa Fome Zero

Desde o lançamento do Programa Fome Zero, surgiram alguns sites na internet voltados para a informação e articulação das ações definidas pelo programa.

www.fomezero.org.br

Site criado por iniciativa do Instituto Ethos para servir como referência da sociedade civil às ações de segurança alimentar e combate à fome. Disponibiliza diversas informações e um Banco de Dados para apoio a iniciativas em desenvolvimento nos municípios do Semi Árido Brasileiro.

www.fomezero.gov.br

Site oficial do Programa Fome Zero, criado e mantido pelo governo federal.

Central de Atendimento

0800-707 2003 – O Fome Zero por telefone. Indica como fazer contribuições e doações e dá outras informações sobre o programa.

www.bb.com.br/appbb/portal/fz/index.jsp

Site desenvolvido pelo Banco do Brasil que disponibiliza um Gerenciador de Recursos Sociais, com indicações de entidades sociais de todos os municípios brasileiros.

Ação da Cidadania

Diversos comitês do movimento criado por Betinho em 1993 têm seu próprio site na internet. Alguns deles:

www.acaodacidadania.org.br

Comitê de São Paulo

www.acaodacidadania.com.br

Comitê do Rio de Janeiro

www.acaominas.com.br

Comitê de Minas Gerais

www.coepbrasil.org.br

Comitê que congrega grupos de voluntários de empresas estatais (algumas hoje privatizadas).

Outras Publicações

Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome



Em fevereiro de 2003, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social lançou o manual *Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome* como uma

ferramenta para empresários e executivos que pretendem integrar suas organizações a essa grande mobilização, colaborando para a erradicação da fome no Brasil.

Como os voluntários podem fazer parte do Programa Fome Zero



A cartilha *Como os voluntários podem fazer parte do Programa Fome Zero* tem o objetivo de informar e orientar o caminho daqueles que querem dar sua colaboração voluntariamente. Pressupõe que as ações voluntárias que forem, direta ou indiretamente, ligadas ao combate da

fome, com o propósito de diminuir as desigualdades, promovendo a inclusão social e a cidadania, certamente estarão contribuindo para os objetivos do Programa Fome Zero. A cartilha foi escrita por Nísia Werneck e publicada pelo Faça Parte – Instituto Brasil Voluntário.

Segurança alimentar: a contribuição das universidades



O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a Unitrabalho – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, a Andife – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, o Crub – Conselho de Reitores das Universidades do Brasil, a Abruc – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias e a Associação de Apoio às Políticas de Segurança Alimentar –

Fome Zero lançaram, em maio de 2003, a publicação *Segurança alimentar: a contribuição das universidades*. A cartilha apresenta de forma didática conceitos sobre segurança alimentar, a legislação existente e as possibilidades de atuação e contribuição da comunidade universitária e das instituições de ensino superior no combate à fome.

Segurança alimentar e nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais



O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o IFC (International Finance Corporation) e o Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, com o apoio da Associação Apoio Fome Zero, lançaram em agosto de 2003 *Segurança alimentar e nutricional: a contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais*. A publicação

reúne elementos que mostram como as empresas podem dar sua contribuição para a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento local. Traz experiências de programas sociais bem-sucedidos, indicando seus fatores de sucesso, para facilitar sua replicação. Apresenta também ações de empresas que alcançaram êxito em seus objetivos.

Como as empresas podem participar de programas de segurança alimentar com a mobilização dos funcionários



Além de recursos financeiros, a grande contribuição que as empresas podem dar são o conhecimento e as técnicas que seus empregados e dirigentes possuem. Mobilizando e engajando seu pessoal, as empresas podem repassar esse patrimônio para toda a sociedade e contribuir efetivamente para a solução de problemas crônicos como a miséria, o desemprego, a desigualdade de oportunidades e a

concentração de renda. Com esse objetivo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social lançou, em setembro de 2003, o manual *Como as empresas podem participar de programas de segurança alimentar com a mobilização dos funcionários*, um guia para quem quer iniciar ou ampliar o envolvimento de seu público interno nas práticas de responsabilidade social.

Realizadores desta publicação:

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social



O Instituto Ethos é uma associação de empresas de todos os tamanhos e setores interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável, num permanente processo de avaliação e aperfeiçoamento. Foi criado em 1998, com a missão de promover e disseminar práticas empresariais socialmente responsáveis, contribuindo para que empresas e sociedade alcancem um desenvolvimento sustentável em seus aspectos econômico, social e ambiental.

Rua Francisco Leitão, 469, 14º andar, conj. 1407
05414-020, São Paulo, SP
Fone: (11) 3897-2400
Site: www.ethos.org.br

Apoio Fome Zero — Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar



A organização não-governamental Apoio Fome Zero Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar, reúne um grupo de empresas que apóia parcerias entre o setor privado e a sociedade civil em sintonia com as diretrizes do Programa Fome Zero. Criada em 2003, a entidade visa incentivar projetos que estimulem o desenvolvimento sustentável das comunidades em situação de insegurança alimentar. Para cumprir sua missão, busca complementar e multiplicar, com recursos da iniciativa privada projetos em atividade pelo Programa Fome Zero e outras ações que visem combater a pobreza e garantir a inclusão social.

Av. Paulista, 1048, conj. 22
01310-100, São Paulo, SP
Fone: (11) 3016-3216
Site: www.fomezero.org.br

Patrocínio Institucional



Apoio

